

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BRUNA PAIVA DE OLIVEIRA

A CONSTRUÇÃO DA MORALIDADE NOS DISCURSOS SOBRE O
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
Um balanço bibliográfico.

UBERLÂNDIA

2017

BRUNA PAIVA DE OLIVEIRA

A CONSTRUÇÃO DA MORALIDADE NOS DISCURSOS SOBRE O
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
Um balanço bibliográfico

Monografia apresentada como requisito parcial ao Curso de Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, para a obtenção dos títulos de bacharel e licenciado.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Paulo Morais.

UBERLÂNDIA

2017

BRUNA PAIVA DE OLIVEIRA

A CONSTRUÇÃO DA MORALIDADE NOS DISCURSOS SOBRE O
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
Um balanço bibliográfico

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais
(orientador)

Prof.^ª Ms. Denise De Sordi
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Ms. Douglas Gonsalves Fávero
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

*À Maria Irani e Renata
As mulheres da minha vida*

AGRADECIMENTOS

Seria no mínimo injusto de minha parte não iniciar esses agradecimentos enaltecendo o imenso apoio e amor dedicados a mim pelos meus pais durante toda a minha vida. Sei do esforço e das privações que minha mãe optou passar para que eu estivesse aqui hoje nesse momento tão feliz e aguardado, portanto, agradeço a ela que sempre acreditou/investiu em mim e nunca me deixou desistir.

Agradeço também aos meus irmãos Getulio e Bruno pelos momentos de confraternização e apoio que dispensaram a mim. O primeiro me acolheu em sua casa, e proporcionou-me o suporte que eu tanto necessitava naquele momento. Já o segundo, ainda que de seu modo mais retraído e “sistemático”, sempre me incentivou, nunca me pressionando ou desmotivando.

Minha jornada acadêmica acabou por se estender um pouco mais que o previsto, porém, a Prof^a Ana Paula Spini com sua sabedoria e empatia inenarráveis, motivava-me sempre ao dizer que: “as coisas têm seu tempo, e cada pessoa dita um ritmo à suas realizações e sonhos” – não havendo um padrão a ser seguido, onde o importante é saber aproveitar cada experiência que nossas escolhas proporcionam. Obrigada, de coração.

Mas nada disso também seria possível se não fosse o apoio incondicional de minha namorada Renata, que sempre entendeu minhas dificuldades e com muito carinho e paciência me possibilitou chegar até aqui. Com seu imenso amor, soube cuidar de mim e amparar-me nos momentos em que eu titubeava - obrigada por ser meu porto seguro e por fazer parte de todos meus sonhos e projetos.

Já meu orientador Prof^o. Sérgio Paulo Morais não foi “apenas” meu orientador nessa monografia. Desde quando entrei na universidade, ele me acolheu, convidando-me para inúmeros projetos e bolsas – sem as quais eu não teria conseguido me manter no curso. Além disso, ele foi um “grande amigo”: auxiliava-me nas dúvidas, sempre pronto a me ajudar em qualquer situação, e ainda me tratava de forma afetuosa e humana, entendendo meus anseios, limitações e angústias.

Um agradecimento especial à banca, Denise De Sordi e Douglas Gonsalves Fávero, que com grande sensibilidade, atenção e paciência, fizeram críticas que possibilitaram a consolidação desse trabalho.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos do curso e aos da vida, que sempre proporcionaram momentos de descontração e lazer, sejam eles em sala de aula ou em nossos *happy hours* – saibam que sem isso eu não suportaria esse longo caminho tortuoso. A todos, meus mais sinceros agradecimentos.

*Não se apaga, não se cala essa voz
Não se esquece, permanece essa voz
Voando livre no espaço essa voz
Eterno canto de esperança essa voz*

Milton Nascimento/Fernando
Brant. *Nossa Voz*, 1972.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo abordar o papel e a maneira pela qual a “moralidade” perpassa pelos discursos produzidos acerca do Programa Bolsa Família. Discursos esses forjados não apenas pela sociedade em geral (não-beneficiária), mas pelos próprios sujeitos diretamente assistidos pelo Bolsa Família. Trata-se de um balanço bibliográfico com caráter teórico, viabilizado por uma revisão da literatura que tem como temática o Programa Bolsa Família. Para tanto, a estruturação se deu em várias etapas: desde o arrolamento de artigos e textos que trabalham a literatura especializada; passando pela frustração na tentativa de coleta de materiais pela via “oficial” (Prefeitura Municipal de Uberlândia), até adentrar na análise dos textos, dando enfoque nas discussões sobre moralidade e direito X assistencialismo.

Palavras-chave: Bolsa Família; programas sociais; mitos do Bolsa Família; assistencialismo; direito; moralidade.

ABSTRACT

This academic work aims to address the role and manner in which "morality" permeates the discourses produced about the Bolsa Família Program. These discourses are forged not only by society in general (non-beneficiary), but by the individuals directly assisted by Bolsa Família. This is a literature review with a theoretical character, made possible by a literature review that has as its theme the Bolsa Família Program. For that, the structuring took place in several stages: from the listing of articles and texts that work the specialized literature; passing through the frustration in the attempt to collect materials by the "official" way (Municipality of Uberlândia), until entering in the analysis of the texts, giving focus in the discussions on morality and right X assistencialism.

Key-words: Bolsa Família; Social programs; myths of Bolsa Família; assistencialism; right; morality.

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
APRESENTAÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – O PROCESSO DE DESVENDAMENTO	21
CAPÍTULO II – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – Programa de Transferência Condicionada de Renda	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
FONTES	64

APRESENTAÇÃO

Antes de adentrar em questões que considero pertinentes e de suma importância para o universo de minha pesquisa, julgo necessária uma referência ao lugar social de onde falo e quais as razões que me levaram a trilhar esse percurso.

Uma vez que me encontro na posição de graduanda do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, algumas percepções e críticas passaram por mim nessa jornada acadêmica ainda em andamento, entretanto, acredito que o “embrião social” que sempre me instigou e que culminou na minha escolha pelo curso de História, bem como para o tema de minha monografia em questão é um fator intrínseco, uma força motriz que até o presente momento não consigo lhes apresentar de uma forma racional, embora tenha a certeza que esse ímpeto até então não justificado, possa ser traduzido como uma vontade imensa de agir sobre o social, de compreender as relações de poder/dominação que sempre permearam/permeiam minhas vivências cotidianas, nas quais pude perceber e até mesmo me identificar, com os sujeitos silenciados por essa dinâmica social perversa.

Acredito que sejam tais indagações sem respostas e esse leque de possibilidades em aberto, ou seja, a capacidade sempre iminente de mudança, de desconstruções e quebra de modelos hegemônicos que me movem nas investigações sociais.

Sempre estudei em escolas públicas, pois minha família nunca teve condições financeiras de me manter no ensino privado. Por ser oriunda de uma família de classe média baixa, meu ciclo social foi restrito às pessoas com nível financeiro igual - ou na grande maioria das vezes - inferior ao meu.

Julgo que foram tais condições que me propiciaram a vivenciar uma realidade permeada de preconceitos, estereótipos, opressões e emudecimento dos sujeitos sociais que me cercavam. Foi no momento em que me indaguei: *Por que as pessoas vêm munidas de generalizações, em discursos fechados e preconceituosos quando se fala dos mais desfavorecidos economicamente, sem ao menos conhecer sua realidade, bem como entender a lógica de construção desse ser social, de suas determinações e entraves apriorísticos, inerentes da acerbidade social?*

A pessoa que mais me inspirou e instigou-me nessa pesquisa foi o Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais. Foi através dele que tive os primeiros contatos com materiais acerca do Bolsa Escola/Bolsa Família, e que posteriormente serviu para me impulsionar e procurar responder a inquietação que me “persegue” há muito tempo.

Tudo teve início quando no segundo período, no ano de 2012, fui convidada a estagiar na revista vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho (NUPEHCIT), revista esta intitulada História & Perspectivas. Minhas funções na revista eram auxiliar no recebimento de artigos, envio de pareceres, lidar com o público nas vendas dos exemplares e elaborar as capas dos dossiês. Depois de alguns meses comecei a ajudar em algumas traduções e correções normativas, o que me colocou diretamente em contato com os artigos, na sua maioria sobre história social. Foi “paixão à primeira vista”.

Mas até então eu estava em um projeto de iniciação científica como bolsista pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), estudando a aplicação do RPG – Role Playing Game (Jogo de Interpretação de Papéis) como uma ferramenta didática.

Sempre gostei de jogos e de matérias didáticas/pedagógicas, entretanto, eu não conseguia me entusiasmar com a pesquisa. Foi então que o Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais estava com um projeto intitulado ENSINO FORMAL E PROGRAMA BOLSA ESCOLA FEDERAL - Dez anos após: experiências, vivências e interpretações de assistidos na cidade de Uberlândia/MG, e convidou-me para ser sua bolsista.

A partir daí pude compreender que o tema e o objeto da pesquisa têm que tocar o pesquisador. Têm que instigá-lo, fomentar nele a ânsia por novas fontes, e subsequentemente, por novas perguntas e diferentes abordagens do objeto pesquisado.

Iniciei então a leitura de materiais que tinham o objetivo de contribuir para a formação de um quadro amplo de teorias, abordagens, objetos e leituras acerca do tema por mim pesquisado, ou seja, produções relacionadas com programas sociais e de renda mínima, com ênfase no Programa Bolsa Escola e Programa Bolsa Família (PBF).

Comecei minha investigação lançando luz ao contexto social da década de 90 e início da década seguinte até os dias atuais para tentar entender como se instituiu

tão fortemente o discurso que insiste em “culpar os pobres por suas pobreza”¹, discurso esse que ainda legitima preconceitos na atualidade.

Inicialmente pretendia saber se esses ex-beneficiários/beneficiários uberlandenses possuíam casa própria, se conseguiram ter certa escolaridade, e se não conseguiram, quais foram os obstáculos e dificuldades. Além do mais, planejava também investigar alguns fatores: como se dá o consumo dessas famílias; o arranjo familiar se estrutura em um patriarcado, ou em um matriarcado? O Bolsa Escola/ Bolsa família mudou esses arranjos sociais? Deu maior autonomia às mulheres? – à partir daí então pensar se esse benefício ajudou a compor um quadro de mudanças na vida dessas pessoas, uma vez que esse benefício está atrelado a inúmeras condicionalidades.

Acreditava que as resposta a essas indagações possibilitaria vislumbrar se os benefícios dos programas sociais foram importantes para uma possível ascensão social, e mais que isso, se esses benefícios conseguiram propiciar uma ruptura com o ciclo intergeracional da pobreza, ruptura essa que é o principal objetivo do Bolsa Família. Lembrando que o programa Bolsa Escola atrelava o ensino formal como pressuposto à mudança de vida familiar dos pobres (ou ao menos de sua próxima geração).

Entretanto, ao dar início à pesquisa, comecei a perceber os inúmeros entraves no tocante ao acesso à documentação “oficial” dos programas sociais (em especial, informações sobre o Programa Bolsa Escola/ Programa Bolsa Família) na cidade de Uberlândia/MG. Como eu nunca tinha “ido à campo”, não imaginava que para reunir todo o material que eu almejava analisar, esbarraria em questões burocráticas – e acima de tudo, políticas.

Quando digo “políticas”, me refiro literalmente às questões ligadas ao Estado e sua forma de governar, que teria como escopo uma gestão que buscasse a melhor maneira de administrar visando o bem comum. Contudo, parece que a política (não generalizo, portanto discorro apenas da “política” municipal da cidade de Uberlândia, à qual tive contato, e que me possibilitou tecer alguns comentários e observações) passou a privilegiar os jogos de poderes e os interesses individuais acima das necessidades coletivas.

¹ GENTILI, P. (Org.) Escola S. A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, p. 22, 1996.

Digo isso, após inúmeras tentativas de acesso aos dados e estatísticas dos programas sociais na Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG. A primeira tentativa frustrada se deu em Dezembro de 2015, quando fui à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação² em buscas da lista de beneficiários com seus respectivos endereços para um futuro contato com vistas à realização de entrevistas orais semi-estruturadas. Entretanto, fui orientada a solicitar no Instituto de História juntamente com o diretor do Instituto (à época o Prof. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior) um ofício apontando as justificativas para meu acesso a documentação requerida.

Em 21 de Março de 2016, protocolei o ofício³ na Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação, e fui orientada a aguardar o parecer sobre o mesmo. Ligava periodicamente para saber do andamento do parecer, mas sempre recebia resposta do tipo: “se você não recebeu nenhuma ligação ou email significa que ele ainda não foi analisado, continue aguardando que entraremos em contato”.

Cansada de tanto esperar, compareci pessoalmente à Secretaria, e para meu espanto, o ofício havia sido arquivado. Quando perguntei o motivo, eles alegaram que havia ocorrido uma troca da Secretária (Denise Ferreira Portes de Lima foi substituída pela secretária Rosângela Borges Paniago Machado). Perguntei: como a troca de funcionários pode culminar no arquivamento do ofício, uma vez que supostamente o sistema não trabalha com personificação, nem favorecimento individual? - protocolei novo ofício⁴ em 19 de Agosto de 2016 e segui aguardando um parecer.⁵

Para dar continuidade a procura por documentação, fui ao Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) do bairro São Jorge para conversar com a assistente social, pensando em uma futura entrevista oral com os funcionários do CRAS. Entretanto, fui barrada burocraticamente pela instituição, em que a mesma alegava que eu precisaria de um ofício expedido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) especificando minhas demandas - o que me deixou ainda mais

² Tal departamento até o ano de 2016 se intitulava apenas Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho.

³ Ver Anexo I.

⁴ Ver Anexo II.

⁵ O mais absurdo disso tudo foi o fato da funcionária me alertar *em off* com a seguinte frase: “Bruna, acho que você vai perder seu tempo. Como estamos em período eleitoral, nada anda saindo aqui da Prefeitura. O medo de que se veicule algum dado prejudicial durante o mandato do prefeito Gilmar ta “vetando” tudo por aqui”.

consternada, foi o fato desse segundo ofício já ter sido entregue na Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho há alguns meses, sem, entretanto, eu conseguir obter nenhuma informação sobre o andamento do mesmo.

A situação se repetiu com a documentação do programa de extensão e ensino Ações Formativas Integradas (AFIN) oferecido pela UFU. Fui à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX) e solicitei autorização à secretária do setor para ter acesso aos alunos do AFIN, pensando futuramente na realização de entrevistas orais. Até o fim dessa pesquisa minhas demandas não foram sequer avaliadas.

Depois dessa última visita, julguei descartar um terceiro ofício, haja vista que mesmo que tal recurso fosse deferido, não teria tempo hábil para fazer o levantamento dos dados, seleção dos beneficiários/ex-beneficiários, nem tão pouco entrar em contato e realizar as entrevistas orais (sem falar que além dessas etapas elencadas acima, eu necessitaria de tempo para transcrever e analisar as entrevistas).

O único documento disponibilizado via órgão oficial pela Prefeitura Municipal de Uberlândia foi um relatório intitulado *Indicadores sobre as Famílias do Cadastro Único com renda per capita até R\$ 77,00 e Beneficiários do Programa Bolsa Família com renda per capita até R\$154,00 no Município de Uberlândia*⁶ elaborado pela Diretoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Vigilância Socioassistencial em outubro de 2015.

Utilizando dados contidos em relatórios sociais elaborados pelo Ministério de Desenvolvimento Social do Censo 2010 e informações do IBGE, bem como relatórios que trabalharam com a extrema pobreza em Uberlândia, conseguiram identificar a composição e localização dos beneficiários, assim como o perfil de cada família assistida pelo programa, que à época pesquisada (agosto de 2015) era de 13.459 beneficiários.

O fator educação na cidade de Uberlândia supera a média nacional que é de 91,07% de acompanhamento da frequência escolar.

⁶ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Indicadores sobre as Famílias do Cadastro Único com renda per capita até R\$ 77,00 e Beneficiários do Programa Bolsa Família com renda per capita até R\$154,00 no Município de Uberlândia. Disponível em: http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/28/453/bolsa_familia.html. Acesso em: 03/01/2015.

[...] 17.580 crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família precisavam ter a frequência escolar acompanhada no último bimestre. Dessas, foram acompanhadas 17.243. Portanto, 98,08% das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família tiveram a informação de frequência escolar registrada nesse período.⁷

O mesmo acontece na área de saúde, em que 85,13% das famílias conseguiram ser monitoradas pelo Programa Bolsa Família (PBF) – um número bem superior à média nacional que é de 72,76%.⁸

Diferentemente dos resultados acima, a Taxa de Atualização Cadastral (TAC) está bem abaixo da média brasileira:

A Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do município é de 64,85%, enquanto que a média nacional encontra-se em 73,16%. A TAC é calculada dividindo o número de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo com cadastro atualizado pelo total de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, multiplicado por cem.⁹

Quanto ao número de famílias beneficiadas, cobertura do Programa, valores e metas do Governo Federal para a cidade de Uberlândia de acordo com o último *Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu município*, divulgado pelo site do Ministério do Desenvolvimento Social:

[...] há 12.533 famílias beneficiárias do Bolsa Família. Essas famílias beneficiárias equivalem, aproximadamente, a 5,33% da população total do município, e inclui 2.648 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de maio de 2017 foram transferidos R\$ 1.802.817,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 143,85 por família. Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78.¹⁰

⁷ BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu município. p. 5. Disponível em: <http://mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 30/06/17.

⁸ Idem, p. 5.

⁹ Idem, p. 5.

¹⁰ Idem, p. 1.

Toda a quantia disponibilizada pelo Governo Federal para a cidade de Uberlândia geraria, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o acréscimo de R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto do município a cada R\$1,00 investido. Com isso, o pagamento do benefício também acarretaria em um aumento na movimentação da economia local.

Para se mensurar a cobertura do programa, o cálculo é feito com base nos dados atualizados do Censo Demográfico. Segundo esse cálculo, até junho de 2017, a cobertura na cidade de Uberlândia, alcançou apenas 67,31% da população estimada que se encontrava em situação de pobreza. Isso demonstra que ainda há na cidade de Uberlândia, uma demanda muito grande, maior que o recurso disponibilizado. Além do mais, a gestão deveria ampliar a Busca Ativa para que famílias pobres e extremamente pobres não cadastradas sejam localizadas e incluídas no programa.

Embora os dados acima demonstrem uma carência muito grande no tocante à cobertura do Programa Bolsa Família na cidade de Uberlândia, o relatório *Indicadores sobre as Famílias do Cadastro Único com renda per capita até R\$ 77,00 e Beneficiários do Programa Bolsa Família com renda per capita até R\$154,00 no Município de Uberlândia*¹¹ concluiu de maneira positiva a despeito dos resultados alcançados. Segundo esse relatório, o poder público local teria se organizado “territorialmente, com metodologias específicas, de forma a incluir as novas famílias e identificá-las corretamente”, uma vez que o censo de 2010 feito pelo IBGE indicava 6.883 pessoas em situação de extrema pobreza, enquanto em junho de 2015 o número de beneficiários nesse perfil subiu para 19.481.

Tais dados revelam a necessidade de estudos e pesquisas que tratem do Programa Bolsa Família na cidade de Uberlândia, à fim de compreender melhor o perfil dos beneficiários, as demandas e anseios da população, bem como planejar ações e políticas públicas que deem conta de atender toda a população necessitada.

Diante do exposto, acabei por reorientar a minha pesquisa – optei por realizar um balanço historiográfico, dialogando com as fontes oficiais e com os estudos que tratam sobre a construção do Programa Bolsa Família.

¹¹ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Indicadores sobre as Famílias do Cadastro Único com renda per capita até R\$ 77,00 e Beneficiários do Programa Bolsa Família com renda per capita até R\$154,00 no Município de Uberlândia. Disponível em: http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/28/453/bolsa_familia.html. Acesso em: 03/01/2015.

Acredito que um arcabouço teórico se faça necessário como um importantíssimo eixo de intersecção de estudos mais pontuais sobre o assunto, que propiciará uma visão mais ampla das produções, bem como o levantamento ou mesmo aprofundamento de alguns aspectos para uma análise crítica de desmantelamento de seus processos construtivos, com vistas à clarificação dos sentidos e significados deturpados presentes nos discursos hegemônicos.

O livro *A Pesquisa em História* norteou-me a respeito da elaboração de procedimentos pertinentes à problematização em minha pesquisa. O trecho abaixo corrobora com essa assertiva:

Pensar a produção do conhecimento histórico como aquele capaz de apreender essa experiência vivida por sujeitos ativos que problematizaram sua própria existência implica elaborar procedimentos que permitam recuperar essa problematização colocada pelos agentes do passado, a partir das questões que o presente coloca ao pesquisador. [...] Se o pesquisador tem como objetivo recuperar a problemática vivida pelos agentes em estudo, necessita acompanhar o processo de constituições dos atores sobre sua experiência.¹²

No primeiro capítulo, faço a apresentação dos documentos, demonstrando qual o caminho trilhado pelos pesquisadores até a chegada aos beneficiários à fim de mostrar todo o processo de seleção, coleta e análise de dados, o tipo de pesquisa (se qualitativa, quantitativa ou ambas), o local de realização, assim como os objetivos pretendidos por essas pesquisas.

Ao decorrer do trabalho, algumas falas e reflexões postas pelos beneficiários serão analisadas. Essas falas foram retiradas de diversos artigos, teses e dissertações elencadas durante o balanço bibliográfico. Não é a faceta “oficial, governamental” que me interessa, e sim realizar um mapeamento de questões morais presentes nos discursos evidenciados.

No segundo capítulo, apresento e discuto “fontes oficiais”, ou seja, documentos ligados ao Governo Federal Brasileiro. A principal delas é o site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)¹³, no qual há uma Biblioteca Virtual unificada das cinco temáticas de atuação do ministério: Assistência

¹² VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, p. 37-38, 1989.

¹³ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/>. Acesso em: 04/05/2015.

Social, Bolsa Família, Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza e Avaliação e Gestão da Informação com cadernos, cartilhas, guias/manuais e livros que ajudaram a compor meu arcabouço teórico acerca dos programas sociais e políticas públicas realizadas pelo governo brasileiro, contendo informações como: as características e informações acerca do perfil das famílias registradas no Cadastro Único; caderno de orientações para os novos prefeitos e novos gestores do Programa Bolsa Família com o objetivo de apresentar o funcionamento e os aspectos básicos da gestão em nível municipal e oferecer acesso aos principais documentos de regulamentação do PBF e Cadastro Único; relatórios que apresentam os resultados do acompanhamento das condicionalidades de educação e de saúde do Programa Bolsa Família.

Outros documentos que se encontram nessa biblioteca virtual são diretamente destinados aos beneficiários do PBF, o que permitiu uma análise sob a ótica do Governo Federal para com os assistidos desse programa social. São eles: Educação Financeira para Beneficiários do Bolsa-Família e o Agenda da Família, que é uma publicação que auxilia as famílias do programa a saber seus direitos e deveres, além de informações práticas e úteis para a promoção das condições de vida dessas famílias.

*O Relatório do Seminário Internacional Bolsa Escola*¹⁴, realizado em Brasília no mês de maio de 2002, mostrou-me um importante material de leitura, uma vez que:

Concebido no âmbito da cooperação técnica, em parceria estabelecida entre o PNUD e o Bolsa Escola, o Seminário Internacional [...] possibilitou um importante espaço de diálogo e discussão sobre os diversos modelos e programas de combate à pobreza, hoje implementados nos países em desenvolvimento. Primeiro evento de um conjunto de ações voltadas à cooperação horizontal, [...] estimulou a troca de experiência e o intercâmbio entre países, ao mesmo tempo que despertou a vontade política e o interesse de técnicos e gestores na implementação de modelos e programas similares.¹⁵

¹⁴ Relatório que explicita o intercâmbio de experiências bem-sucedidas e consolidação da rede de cooperação entre os países que possuem programas de renda mínima vinculada à educação e utilizam diferentes tecnologias sociais para promover a inclusão. Ver: FRANCO, Walter. 2002. IPEA. http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26705. Acesso em: 03/10/2015.

¹⁵ FRANCO, Walter. 2002. IPEA. http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26705. Acesso em: 03/10/2015

Este relatório me ajudou bastante no tocante às leis, estruturas, aplicação, implementação e principalmente ao acesso a experiências de programas de renda mínima em outros países, o que contribuiu para o meu entendimento sobre as políticas públicas de uma maneira mais ampla.

Ainda nesse segundo capítulo procuro lançar luz à “origem” do programa, suas condicionalidades, qual o uso do benefício e critérios de inclusão/exclusão dos beneficiários, partindo do prisma da “moralidade” como reguladora e legitimadora das (re)apropriações desses desdobramentos. E no final desse capítulo, mesmo que de forma breve e superficial, analiso o único documento cedido pela Prefeitura Municipal de Uberlândia sobre o Programa Bolsa Família na cidade uberlandense.¹⁶

¹⁶ UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Indicadores sobre as Famílias do Cadastro Único com renda per capita até R\$ 77,00 e Beneficiários do Programa Bolsa Família com renda per capita até R\$154,00 no Município de Uberlândia. Disponível em: http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/28/453/bolsa_familia.html. Acesso em: 03/01/2015.

CAPÍTULO I – O PROCESSO DE DESVENDAMENTO

Quando percebi que não conseguiria acesso direto aos beneficiários da cidade de Uberlândia por entraves burocráticos, resolvi mudar minha metodologia e partir para um balanço historiográfico sobre o Programa Bolsa Família. Diante desse novo quadro, não tinha a menor ideia de quais critérios utilizaria para selecionar a documentação para tal tarefa.

Minha escolha então se deu de modo “aleatório”, pois não tinha uma bibliografia formada nem mesmo um caminho a seguir. Comecei então a compilar todo o material que eu havia “juntado” durante todo o tempo de pesquisa teórica. Alguns artigos haviam sido sugestão do meu orientador, outros tantos, pesquisas em sites oficiais, já outros, em banco de tese e dissertações de diversas universidades.¹⁷

Ao total foram mais de 40 publicações selecionadas previamente. No decorrer das leituras, algumas foram sendo abandonadas, pois não contemplavam alguns critérios: (i) ter o Programa Bolsa Família como foco de análise; (ii) não trabalhar apenas sob a perspectiva teórica; (iii) contemplar questões morais e/ou que tangem “direito X assistencialismo.

Ao cabo, o levantamento bibliográfico contou com a análise de 16 artigos que se enquadraram nos critérios elencados acima, sendo um deles o único documento disponibilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social da cidade de Uberlândia (MG).

Privilegiei essa abordagem por tratar de uma perspectiva que busca perceber de forma endógena a dinâmica do programa, uma vez que dados quantitativos circulam facilmente pela internet, principalmente nas páginas dos órgãos oficiais. Como o beneficiário enxerga a si próprio e aos seus congêneres? Como se dá a construção e disseminação dos mitos e estereótipos acerca desses beneficiários do Programa Bolsa Família?

No começo lia tudo o que se relacionava com o PBF, sem ter uma problematização. À medida que as pesquisas e leituras se tornavam mais densas, comecei a focar não mais na parte burocrática e legislativa do programa, mas a me

¹⁷ A biblioteca eletrônica Scielo foi um grande aporte nesse processo. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/level.php?component=56&item=1&lang=pt>. Acesso em: 25/08/2016.

interessar por trabalhos que tratavam qualitativamente da temática. A partir daí, comecei a perceber que a maioria dos artigos e teses por mais que tratassem de assuntos diversos (condicionalidades, autonomia, economia doméstica, questões de gênero, mitos (aumento do número de filhos, vagabundagem, dependência, “curral eleitoral”, etc) a moralidade sempre perpassava por essas questões e acaba por se tornar um eixo importante nessas discussões.

Além de tratar um pouco sobre as questões morais que compõem o mito por mim trabalhado nessa monografia¹⁸, me dediquei a mapear essas publicações, para tentar entender de uma forma geral como os autores tratam dessas questões: eles se preocupam mais com os padrões de vida desses beneficiários, e com isso, trabalham de maneira quantitativa? Ou priorizam os modos de vida dessas pessoas, procurando entender seus desejos e anseios, à fim de buscar compreender subjetivamente esses atores sociais, de maneira qualitativa.

Partindo dessa perspectiva, procurei desvendar os mecanismos de seleção dos beneficiários em questão, ao passo que tentava levantar os caminhos trilhados por esses pesquisadores para chegarem aos entrevistados.

Os autores de *Liberdade, Dinheiro e Autonomia – O caso da Bolsa Família*¹⁹ realizaram uma pesquisa entre os anos de 2006 a 2011 cujo objetivo era avaliar as principais mudanças morais e políticas ocorridas nas mulheres beneficiárias do PBF. Foram entrevistas abertas, que segundo os autores, buscavam “ouvi-las demoradamente e, preferencialmente, mais de uma vez”.²⁰

Essas entrevistas eram semi-estruturadas, uma vez que seguiam um roteiro que condicionava para o sentido geral da pesquisa. O espaço geográfico foi escolhido por configurarem áreas de maior abandono por parte do Estado, necessitadas de serviços públicos básicos como escolas, creches, hospitais, estradas, etc – privilegiaram então regiões do sertão de Alagoas (algumas zonas litorâneas), o Vale do Jequitinhonha (MG), interior do Piauí e Maranhão, além de bairros periféricos de São Luís (MA). Rego e Pinzani afirmam que:

¹⁸ O Programa Bolsa Família seria um direito ou uma benesse do Estado? - No capítulo 2 faço algumas análises e percepções sobre essa questão.

¹⁹ REGO, Walquiria Domingos Leão; PINZANI, Alessandro. *Liberdade, Dinheiro E Autonomia – O caso da Bolsa Família. Política & Trabalho* - Revista de Ciências Sociais, 38, p. 21-42, 2003.

²⁰ Idem, p. 21.

[...] o programa produz mudanças significativas na vida das pessoas destinatárias da Bolsa Família. Uma dessas mudanças é o início da superação da cultura da resignação, ou seja, a espera resignada da morte por fome e por doenças ligadas a ela [...] ²¹.

Através dessas entrevistas, eles perceberam “potencialidades liberatórias”, que só foram possíveis de serem sentidas devido ao caráter qualitativo da pesquisa, uma vez que essa busca captar os desejos, anseios e sentimentos, e não somente números estatísticos.

No caso de Dona Quitéria²², essa subjetividade se faz aparente na sua fala quando ela é questionada “sobre o que havia mudado na sua vida após seu ingresso no Programa Bolsa Família, que lhe proporciona um rendimento monetário regular”. Ao passo que Dona Quitéria responde: “Adoro, porque eu não sei o que seria da minha vida sem ele. Ia ficar meio difícil, com três filhos. Acho ótimo, ótimo, porque se não fosse o Bolsa Família, eu não sei o que seria da família pobre”.²³

Em *Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão Baiano*²⁴, Morton através de uma análise etnográfica da “casa sertaneja” como se dá a divisão do dinheiro recebido e sua influência sobre as relações de gênero nas residências dos beneficiários do sertão baiano, lançando luz à heterogeneidade econômica dessas casas (muitas vezes mascarada por um suposto grupo geral dos beneficiados do Bolsa-Família).

As pesquisas foram realizadas no Assentamento Maracujá²⁵ e no povoado de Rio Branco (15 quilômetros de distância de Maracujá), de Setembro de 2011 a novembro de 2012. Morton já havia realizado pesquisas em 2005 no Assentamento de

²¹ REGO, Walquiria Domingos Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, Dinheiro E Autonomia – O caso da Bolsa Família. *Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais*, 38, p. 26, 2003.

²² “Dona Quitéria Ferreira da Silva, de 34 anos, casada e mãe de três filhos pequenos, moradores na zona rural do alto sertão de Alagoas, nas redondezas da cidade de Inhapi, perguntei-lhe sobre a questão dos maus tratos; chorou, e me disse que não gostaria de falar sobre isto. A pergunta havia tocado em sua ferida. No ano seguinte, quando retornei, encontrei-a separada do marido, ostentando uma aparência muito mais tranquila. Recebeu-me sorridente e confessou-me que no ano anterior estava muito triste e deprimida, pois enfrentava uma situação bastante difícil.” Idem, p. 27-28.

²³ Idem, p. 27.

²⁴ MORTON, Gregory Duff. *Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano*. *Política & Trabalho*, n. 38, 2013.

²⁵ “Maracujá era uma fazenda pouco produtiva cujo proprietário morava na cidade, até os meados dos anos 90, quando o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) coordenou uma ocupação da terra, e o Incra, expropriando o imóvel, criou o assentamento. Com pouquíssima água e sem um meio de transporte fácil para os mercados, Maracujá continua sendo um lugar de pobreza. No entanto, as 205 pessoas que moram nos seus 62 domicílios tentam se sustentar com as duas chuvas do ano, plantando mandioca, milho, café, abacaxi, e feijão, e criando vacas e galinhas”. Idem, p. 46.

Maracujá e ficara impressionado com os impactos do PBF. Resolve então fazer sua pesquisa etnográfica de doutorado visando:

[...] o aproveitamento de métodos de observação participativa²⁶ e entrevista aberta para investigar os significados que homens, mulheres, e crianças empregam para integrar o dinheiro do Bolsa Família nos seus hábitos cotidianos e nos seus sonhos para o futuro. A pesquisa também incluiu dois aspectos mais quantitativos. Primeiro, realizou-se um censo de todos os domicílios, no qual se utilizou perguntas baseadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a fim de medir a renda total e os bens no ano de 2011. Segundo, selecionei nove “famílias de enfoque” e, junto a elas, comecei a fazer entrevistas semanais para registrar os gastos e a renda da casa. Nesse processo de pesquisa, a minha posição como homem e estrangeiro trouxe obstáculos. Os entrevistados com certeza sabiam que estavam falando com um homem, e eu também escutei com ouvidos de homem; acabei construindo um modelo de um sistema de valores dominantes que priorizam o homem. Detectei estrutura e sistema mais do que tática e resistência, e espero que outros possam suprir essa carência.²⁷

Além dessa pesquisa qualitativa, Morton utiliza para demonstrar a desigualdade de renda nos assentamentos, os resultados do censo exemplificados em forma de gráficos. Esses gráficos dão conta da renda per capita em 2011 dos domicílios do povoado Rio Branco e do Assentamento Maracujá.

Em uma das entrevistas orais com Dalia²⁸, o autor evidencia e eu destaco como os beneficiários tentam deixar claro que o dinheiro oriundo do PBF é destinado à

²⁶ Observação participativa ou participante “[...] é uma das técnicas muito utilizada pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa e consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação”. (QUEIROZ et al. Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e Aplicações na Área da Saúde Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a19.pdf>. Acesso em: 16/06/2017).

²⁷ MORTON, Gregory Duff. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. *Política & Trabalho*, n. 38, p. 47, 2013.

²⁸ Conforme explica Morton, os nomes presentes nas entrevistas são pseudônimos, assim como alguns detalhes foram modificados para assegurar o anonimato dos entrevistados. “Quando fiz a primeira entrevista com Dalia, ela estava sonhando com um jogo de sofá. Dalia tinha 17 anos e era mãe de uma filha pequena; apesar de várias tentativas de cadastro, ela não recebia Bolsa Família. Dalia e seu marido tinham grandes dificuldades para achar serviços de diarista nas roças, e às vezes passavam a semana sem feijão em casa, comendo com parentes que moravam perto. Ela me disse que nunca tinha tido um sofá, e era isso que realmente queria. Dez meses e muitas entrevistas depois, a situação de Dalia tinha mudado. Ela era mãe de uma segunda filha. O marido tinha achado um emprego temporário, aumentando o dinheiro disponível na família. Ajudada pelos privilégios concedidos às gestantes, Dalia finalmente tinha conseguido Bolsa Família”. In: MORTON, Gregory Duff. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. *POLÍTICA & TRABALHO - Revista de Ciências Sociais*, 38, p. 55, 2003.

alimentação “saudável”²⁹, dívidas de energia elétrica, educação e saúde. Além disso, a maioria dos entrevistados afirma ainda que o dinheiro do benefício é gasto prioritariamente com a “criança beneficiária”.³⁰

As falas de algumas entrevistadas corroboram com a assertiva acima:

- [Mulher, 37 anos:] Eu uso mais para alimentação de casa.
- [Mulher, 50 anos:] Só é mesmo para manter mesmo as despesas mesmo [...] para dentro de casa mesmo. [O marido da mulher acrescenta:] Pedaco de carne.
- [Mulher, 19 anos:] Mais é alimentação [...] material de escola [...] alguma coisa para dentro de casa.
- [Mulher, 61 anos:] Comprava coisas para comer, coisas para a criança [...] qualquer coisa para dentro de casa [...] não dava para coisa grande não. Era mesmo para consumozinho.³¹

Na mesma linha de argumentação, Marina Ahlert vai tratar

[...] das percepções e dos significados do recebimento e uso do benefício do Programa Bolsa Família, [...] questionando dicotomias comumente utilizadas para falar sobre programas sociais como direito *versus* assistencialismo”.³²

A autora de *A precisão e o Luxo* vai analisar os significados atribuídos pelas quebradeiras de coco de Codó³³ sobre os repasses do PBF. Por um período de seis meses no ano de 2011 a Associação de Quebradeiras de Coco do Bairro da Nova Jerusalém e a da Rua do Poraquer foram acompanhadas, e durante esse tempo, 12 mulheres foram selecionadas³⁴ (seis de cada associação) para serem entrevistadas e

²⁹ Para maiores informações sobre “alimentação dita saudável e questões morais atreladas a essa concepção, ver: AHLERT, Martina. A 'precisão' e o 'luxo': usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). *Política & Trabalho*, n. 38, 2013.

³⁰ Quando digo “criança beneficiária” me refiro à criança que está cadastrada para receber o benefício, ou seja, a criança que cumpre as contrapartidas do programa.

³¹ Op. cit, p. 55.

³² AHLERT, Martina. A Precisão e o Luxo: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). *POLÍTICA & TRABALHO - Revista de Ciências Sociais*, 38, p. 69, 2013.

³³ Idem, p. 70. Conforme informações fornecidas pela autora, “Codó é uma cidade do leste maranhense localizada na Região dos Cocais, no trajeto entre a cidade de São Luís, capital do estado, e Teresina, capital do Piauí. A denominação dada à região se relaciona à quantidade de palmeiras de babaçu que marcam a paisagem local, e, consequentemente, ao trabalho de diversos dos seus moradores, especialmente as mulheres, na quebra do coco.”

³⁴ Segundo Marina Ahlert, a seleção se deu por indicação da presidência das associações (integradas pelas próprias quebradeiras). Para tal, elas seguiram critérios estabelecidos pelos integrantes da pesquisa - abrangendo solteiras, casadas, mães e avós que recebiam ou não o Bolsa Família.

assistidas durante a realização de seu trabalho nas associações (lembrando que o restante das quebradeiras que iam às reuniões e também responderam à questionários).

A metodologia utilizada na pesquisa partia da etnografia, buscando apreender significados e percepções das pessoas assistidas. Nesse ínterim, as entrevistas desvelaram a relação direta com categorias de família e gênero.

Uma vez que comungo da concepção de família proposta por Ahlert, onde família seria antes de tudo uma construção social, cultural e histórica – e além disso, se configura “menos enquanto núcleo familiar, mas antes enquanto rede, como uma ‘trama de obrigações morais’”³⁵, será a partir dessa concepção de família como “trama de obrigações morais” que o conceito “moralidade” vai ser trabalhado durante todo o texto.

Essa “moralidade” vista enquanto um desdobramento dessa teia de julgamentos morais – e mais do que isso, abarcando não só o seio familiar, mas sim todo o restante da sociedade (uma vez que tais julgamentos são construídos através de discursos de amigos, parentes, desconhecidos, vizinhos – sendo eles beneficiários ou não – mitificando e generalizando diversas questões acerca do recebimento e uso dos benefícios).

As autoras de *No Areal das Mulheres: um benefício em família*³⁶ também realizaram uma pesquisa etnográfica como metodologia de sua pesquisa. Todavia, vão privilegiar as usuárias do PBF que moram no quilombo urbano Areal da Baronesa, em Porto Alegre, em uma perspectiva semelhante a Alerth e Morton:

O objetivo deste trabalho é analisar dinâmicas familiares e de vizinhança ensejadas pelo recebimento deste “benefício”, atentando especialmente para o que expressam as mulheres (titulares preferenciais do PBF) em torno do uso do dinheiro recebido. Os dados que serão apresentados a seguir foram produzidos a partir de observação participante em situações cotidianas, entrevistas semiestruturadas e aplicação de um questionário junto a oito mulheres de cinco famílias beneficiárias do PBF.³⁷

A pesquisa dessas autoras foi realizada entre outubro de 2009 a novembro de 2010, procurando compreender a maneira pelo qual “[...] o uso do dinheiro pode

³⁵ AHLERT, Martina. A Precisão e o Luxo: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). *POLÍTICA & TRABALHO - Revista de Ciências Sociais*, 38, p. 71, 2013.

³⁶ PEREIRA, Milena Cassal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. *No Areal das Mulheres: um benefício em família*. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 87-104, 2013.

³⁷ Idem, p. 88.

tornar-se um critério de avaliação moral das mulheres e entre elas”, bem como o “[...] recebimento do dinheiro é atribuído às crianças e para ser gasto com elas”.³⁸

Através da pesquisa etnográfica foi possível que Pereira e Ribeiro³⁹ percebessem que a maneira como o benefício era usado podia se transformar em um forte “critério de avaliação moral”, tendo a “fofoca como forma de coerção”:

[...] temos indicações de que o uso do dinheiro também possa se tornar um critério de avaliação moral das mulheres e entre elas, que observam umas as outras para saber o que cada uma faz com a quantia recebida. Existe um movimento na rua atento aos gastos nos comércios locais e ao que é comprado. Inúmeras vezes ouvi comentários sobre mulheres que gastam o dinheiro com outras coisas e não com as crianças. Os moradores, em geral, sabem identificar quem da vizinhança recebe o benefício e, em muitos casos, sabem no que é gasta a quantia recebida. Foi nesta rede invisível e discreta de informações que fiquei sabendo que uma das mulheres estava com o benefício bloqueado porque uma das crianças deixou de frequentar a escola. A cobrança das mulheres que recebem o PBF entre elas e daquelas que não recebem o dinheiro, dá-se através das fofocas nas quais adultos e crianças atuam levando e trazendo informações sobre suas casas e as dos outros. Conforme demonstra Fonseca (2000, p. 23), a fofoca pode agir como forma de coerção e informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando a imagem pública de alguém.⁴⁰

O contato entre as pesquisadoras e as beneficiárias se deu a partir do estágio no Conselho de Participação da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2008 e 2009, onde elas conheceram lideranças quilombolas. Nesse ínterim, aconteceu também um estágio no setor do “cadastro único” (CadÚnico), onde se encontram informações sobre as famílias em “vulnerabilidade social”, bem como a base de dados do governo federal. Em consonância com uma assistente social, as beneficiárias do PBF passavam para pedirem informações, atendimento jurídico, atendimento para crianças com medidas socioeducativas, etc. Com o passar do tempo, as pessoas começaram a abordá-la nas ruas para saber sobre atraso do pagamento ou bloqueio do Bolsa Família, ficando ela conhecida como a “mulher do Bolsa Família”. Com isso, surgiu o interesse de pesquisar essas mulheres para “situar o recebimento do

³⁸ PEREIRA, Milena Cassal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. No Areal das Mulheres: um benefício em família. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 87, 2013.

³⁹ *Idem*, p. 87.

⁴⁰ *Idem*, p. 101.

benefício em seus contextos de vida familiar e residência”.⁴¹ A partir desse primeiro contato surgiram indicações de pessoas que supostamente estariam dispostas a concederem entrevistas.⁴²

Já Ávila, em *Que Pensam As Beneficiárias Do Bolsa Família?* discute aspectos institucionais e subjetivos das beneficiárias do Bolsa Família nas mais variadas etapas, buscando compreender a “interação entre a população e a política”.⁴³ Tal pesquisa se deu através de um estudo comparativo, realizada entre os anos de 2007 e 2010, utilizando a etnografia para contrapor assistidas do Programa Bolsa Família em São Paulo (SP) e São Carlos (SP), destacando semelhanças e diferenças. Essa perspectiva parte do prisma do beneficiário como sujeito privilegiado, e sua narrativa construindo a visão da política do PBF.

Como já discutido anteriormente, Ávila vai trabalhar o campo do “direito *versus* favor”, onde defende a ideia que a sociedade brasileira considera direitos como privilégios ‘devida a base de nossa concepção social’. Para chegar a tal assertiva, Ávila realizou entrevistas informais para ver o que as beneficiárias sabiam sobre o funcionamento do programa, bem como ver o que elas achavam do recebimento do benefício vir do governo, não oriundo de “trabalho”.

Para as discussões desse levantamento bibliográfico, achei importante ressaltar algumas reflexões da autora no tocante às apropriações e sentidos, bem como também a uma forma de personificação desses direitos principalmente à figura divina:

Depois de implementado, o PBF é apropriado pelas pessoas, as quais passam a atribuir sentido e, inclusive, a elaborar ‘teses’ e ‘hipóteses’, de acordo com suas experiências de vida e com seu universo simbólico, sobre, por exemplo, por que algumas pessoas tornam-se beneficiárias, ou o contrário, mesmo fazendo o cadastro e “precisando”, outras não conseguem “pegar o Bolsa”. O PBF, para grande parte das beneficiárias entrevistadas, não é concebido como uma política pública, destinada àquelas famílias que não conseguem atingir uma renda mensal per capita mínima. É visto,

⁴¹ PEREIRA, Milena Cassal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. No Areal das Mulheres: um benefício em família. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 89, 2013.

⁴² A apresentação se deu com a assistente social que trabalhava com idosas nesse quilombo (Quilombo da Baronesa).

⁴³ ÁVILA, Milene Peixoto. *Que Pensam As Beneficiárias Do Bolsa Família?*. *Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais*, 38, p.105, 2013.

ao contrário, como algo que se ganha por sorte, por benção de Deus, ou porque se está “precisando [...]”⁴⁴

Assim como no texto *No Areal das Mulheres*, vemos sempre presente nas falas das entrevistas questões morais sobre quem “mereceria receber”, ou o motivo da vizinha receber um valor maior, e segundo a percepção do beneficiário, ele “precisar” mais que ela. Conforme Ávila, a pesquisa etnográfica demonstrou ser uma grande aliada na pesquisa sobre o PBF, e mais que isso, conseguiu o que números e estatísticas muitas vezes não conseguem traduzir – a subjetividade daqueles que são alvo de pesquisas.

A partir da visão da beneficiária, pôde-se compreender como o desenho de uma política focalizada gera avaliações heterogêneas, dependendo da relação que se estabelece entre a população e as instituições que implementam a política e com o contexto no qual se vive. É preciso, pois, considerar, além dos números e das estatísticas, o ponto de vista das beneficiárias, suas avaliações e percepções para monitoramento e aperfeiçoamento de uma política pública.⁴⁵

Ainda que em *Comida de Criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo familiar*⁴⁶ a autora tenha utilizado a etnografia em sua pesquisa, o contexto e a maneira de sua realização diferem bastante dos outros textos levantados anteriormente.

Primeiro, a pesquisa teve realização em “dois períodos de campo”, em dezembro de 2010 e junho de 2011. Na primeira “fase” de coletas, contou com a participação de cinco pesquisadores, e na segunda, sete.

Segundo, as entrevistas duravam em média duas horas e foram realizadas “majoritariamente em duplas”, onde os pesquisadores tinham um roteiro com algumas perguntas sobre o PBF, em um total de 22 entrevistas.

⁴⁴ “Não sei porque peguei o Bolsa, porque eu tinha e não sabia. Acho que foi por sorte, ou Deus. O cadastro estava no nome do meu marido, demorei pra descobrir. O dinheiro voltou pro governo porque eu não ia lá pegar. Só depois que fui descobrir que eu tinha o Bolsa Família. (Nerci, mãe de dois filhos, dona de casa, moradora do bairro Antenor Garcia, São Carlos)”. Trecho de uma entrevista, retirado em: ÁVILA, Milene Peixoto. Que Pensam As Beneficiárias Do Bolsa Família?. *Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais*, 38, p. 112, 2013.

⁴⁵ Idem, p. 121.

⁴⁶ PIRES, Flavia Ferreira. *Comida de Criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semi-árido*. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 123-135, 2013.

Por fim, o terceiro ponto demonstra a singularidade da observação participante realizada em uma pequena cidade do semiárido nordestino, chamada Catingueira (PB), conforme relato de Flávia Ferreira Pires:

Realizamos ainda observação participante, durante os dias de estadia na cidade (sete e cinco dias respectivamente). Fomos ‘hospedados’ em casa de beneficiários do PBF, onde realizamos nossas refeições, dormimos, tomamos banho e, mesmo com as limitações impostas pelo tempo rápido da pesquisa, vivenciamos o cotidiano familiar. Esta imersão na vida das famílias tinha como objetivo observar de perto como a família se estrutura na vida cotidiana e contribuir com dados qualitativos de alta precisão, devido ao contato íntimo e cotidiano que o método propicia. A equipe realizou também Oficinas de Pesquisa, que funcionaram por dois dias, em dois turnos, e aconteceram em uma das escolas da cidade, em duas salas de aula adequadamente preparadas, durante as férias escolares. As Oficinas de Pesquisa consistiram em 6 grupos focais de aproximadamente 1 hora e 30 minutos, com crianças de 6 a 8 anos (2 grupos), 9 a 10 anos (2 grupos), e 11 a 12 anos (2 grupos), e desenhos e redações temáticas. Foi solicitado às crianças que desenhassem ou escrevessem sobre o Programa Bolsa Família e, uma vez terminada a atividade, as crianças eram incentivadas a apresentar suas obras para os colegas e os pesquisadores.⁴⁷

O objetivo dessa pesquisa era entender “que dinâmicas familiares levam ao privilégio das crianças”, uma vez que não há nenhuma orientação do governo federal sobre os gastos.⁴⁸ A autora conjectura duas possibilidades para explicar essa prerrogativa comumente adotada pelas famílias quanto ao uso do benefício:

A primeira delas é o entendimento de que o benefício é recebido pela família como resultado do esforço das crianças. A segunda razão diz respeito à função materna de nutrir e satisfazer os desejos alimentares de seus filhos como profundamente ligada a uma maternidade bem sucedida.⁴⁹

Através desse estudo, foi possível ver uma relação entre “moralidade” e maternidade. Essa “moralidade materna” é sempre colocada em questão quando o assunto é gasto com o benefício. A história de se ter “ações corretas” e outras nem tão

⁴⁷ PIRES, Flavia Ferreira. Comida de Criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semi-árido. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 125, 2013.

⁴⁸ *Idem*, p. 127

⁴⁹ PIRES, Flavia Ferreira. Comida de Criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semi-árido. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 127-128, 2013.

corretas quanto às aquisições oriundas do dinheiro recebido por programas sociais, ficando sempre à mercê do crivo social, de quem recebe o benefício e de pessoas que não são beneficiárias, nem tão pouco conhecem a lógica e desenho do Programa Bolsa Família – a partir de tais fatos, é que geralmente se começa a construção e disseminação de mitos e estereótipos sobre o PBF.

Sobre o artigo *Benefícios sociais e transição de modos de vida rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia*⁵⁰ nos interessa destacar para esse balanço historiográfico sua metodologia, uma vez que as discussões propostas por seus autores não contemplam a problematização desse trabalho.

Diante disso, apontamos que o artigo procurou investigar:

[...] a percepção das famílias entrevistadas sobre as transformações observadas nos últimos anos pode colaborar muito com a compreensão dos processos de tomada de decisão quanto à alocação das novas fontes de renda, aos padrões e desejos de consumo e à escolha das atividades agrícolas.⁵¹

Foram realizadas entrevistas com as famílias da região de Santarém, no Oeste do Estado do Pará, entre os dias 21 de junho e 2 de agosto de 2011 e entre os dias 21 de agosto e 4 de setembro de 2011, somando 57 dias de atividades de campo. Para que a metodologia utilizada na pesquisa fique mais clara, eis o trecho abaixo:

Para caracterizar a percepção sobre os processos que estão em evidência no presente trabalho, foram registrados os discursos de 83 famílias de pequenos produtores rurais selecionadas aleatoriamente a partir do banco de dados de uma pesquisa anteriormente realizada na mesma região.⁵² Além disso, foram realizadas 13 entrevistas semiestruturadas com lideranças e atores locais fora da área rural. O material analisado para este estudo compõe, portanto, cerca de 27 horas de entrevistas gravadas, além de 87 páginas (aproximadamente 34.000 palavras) de anotações e citações transcritas. Os trechos mais relevantes dos discursos dos entrevistados, conforme as questões em análise, foram, então, selecionados e avaliados em função de

⁵⁰ LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Sílvia Maria Guerra. Benefícios sociais e transição de modos de vida rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia. *Política & Trabalho*, n. 38, p. 142, 2013.

⁵¹ *Idem*, p. 142.

⁵² A pesquisa referida é “Amazonian Deforestation and the Structure of Households, Phase II” (NICHHD/HD035811-07) conduzido em 2003 por pesquisadores do Anthropological Center for Training and Research on Global Environmental Change (ACT), da Indiana University, Bloomington, EUA”.

categorias pré-estabelecidas e de novos temas que surgiram em campo.⁵³

Essas entrevistas semiestruturadas com as “lideranças e atores locais fora da área rural” podem mensurar o impacto do programa nessa região, assim como facilitar nossa compreensão sobre as variantes econômicas, sociais e culturais que a implementação do PBF gera. Para compor esse quadro, os autores entrevistaram 13 pessoas, sendo:

(1) o diretor da Rádio Rural de Santarém, que também é padre da Igreja Católica e tem grande reconhecimento entre as populações da área de estudo, sobre as principais demandas e problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais; (2 e 3) os responsáveis por dois dos principais supermercados que atendem à população rural da região, a fim de obter suas percepções sobre o movimento do comércio local e possíveis mudanças de comportamento dos consumidores da área rural; (4) o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), sobre a atuação do sindicato na obtenção dos benefícios e situação geral dos pequenos produtores; (5) o gerente de uma das financeiras estabelecidas em Santarém, sobre os empréstimos consignados para recebedores de benefícios, em especial os aposentados rurais; (6 e 7) a gestora local do Programa Bolsa Família e a assistente social chefe da prefeitura de Santarém, sobre o funcionamento do programa na cidade e as percepções sobre os impactos do benefício na vida das famílias rurais; (8) um economista reconhecido na cidade, sobre as transformações econômicas dos últimos anos e o impacto de programas de transferência de renda; (9) um renomado pesquisador local e ex-diretor da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Santarém, sobre o apoio técnico e as condições de produção entre os pequenos produtores rurais; (10) a Secretária Municipal de Produção Familiar de Santarém, sobre a atuação da prefeitura e a situação geral dos pequenos produtores; (11) o presidente da Associação de Produtores Rurais de Santarém (Aprusan), sobre o funcionamento das feiras de comercialização direta e as dificuldades logísticas enfrentadas pelos produtores; (12) o dirigente da Cooperativa dos Produtores Rurais de Santarém (Coprusan), sobre as possibilidades de apoio aos pequenos produtores e agregação de valor à produção local e (13) o Secretário Nacional de Renda e Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em Brasília, sobre os efeitos e condicionalidades do Programa Bolsa Família em áreas rurais.⁵⁴

⁵³ LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Sílvia Maria Guerra. Benefícios sociais e transição de modos de vida rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia. *Política & Trabalho*, n. 38, 2013.

⁵⁴ LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Sílvia Maria Guerra. Benefícios sociais e transição de modos de vida rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia. *Política & Trabalho*, n. 38, p. 142-143, 2013.

O método etnográfico, aliado à multiplicidade de entrevistados (quando falo dessa “multiplicidade”, me refiro às pessoas que têm classes sociais, formações escolares e ofícios dos mais variados) tornou possível demonstrar vários discursos heterogêneos, e aspectos que pesquisas quantitativas não seriam capazes de captar. O mais interesse é perceber que as pesquisas qualitativas nos ajudam a entender diferenças e discrepâncias em falas que em um primeiro momento pareçam ser análogas, e que por isso se fossem computadas em uma pesquisa estatística iriam se enquadrar como comungando de uma mesma opinião.

Uma vez que algumas questões importantes do ponto de vista conceitual já foram tratadas anteriormente ⁵⁵com base em ideias de Pires⁵⁶, resalto a metodologia desse autor nessa investigação para ajudar a compor esse levantamento historiográfico.

André Pires coletou entre novembro de 2008 e julho de 2010 entrevistas com 22 beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Campinas (SP). Para conseguir acesso a essas pessoas, ele recorreu ao Centro Público de Apoio ao Trabalhador (CPAT). Esse local é gerido e administrado pela prefeitura de Campinas, e servia como ponto de atendimento para os beneficiários do PBF que eram recebidos diariamente.⁵⁷

Os métodos aplicados por André Pires na construção dessa pesquisa ficam bem claros no trecho a seguir:

Busquei entrar em contato com moradores de todas as regiões sem, no entanto, ter a preocupação de traçar uma amostra representativa dos beneficiários do PBF. O primeiro contato era feito de maneira aleatória, na sala de espera do CPAT, enquanto o(a) entrevistado(a) aguardava ser atendido. Nesse momento, deixava claro que minha inserção naquele contexto não estava relacionada à prefeitura ou ao governo, e que eu não tinha condições de “colocar ninguém ou retirar ninguém do Bolsa Família”. Após o primeiro contato, frequentemente interrompido quando a pessoa com quem eu conversava era chamada para ser atendida pelos atendentes do CPAT, convidava-o(a) para participar de uma entrevista mais demorada e retinha um contato, normalmente o número de telefone. A partir do primeiro contato, feito enquanto a pessoa aguardava atendimento, marcávamos entrevista na

⁵⁵ Ver discussão no subcapítulo intitulado “A moralidade como eixo central das construções dos mitos”.

⁵⁶ PIRES, André. Relações de troca e reciprocidade entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 171-195, 2013.

⁵⁷ Esse atendimento era dividido de acordo com a localização de residência dessas pessoas, ou seja, cada dia uma região diferente da cidade era atendida por esse Centro.

casa dos próprios entrevistados e entrevistadas, o que poderia acarretar duas ou três sessões de entrevistas.⁵⁸

É interessante a maneira como após André Pires pesquisar a relação entre beneficiários-Estado (segundo ele essa relação é percebida pelos beneficiários como uma relação de troca-dádiva⁵⁹) conjecturar que os gastos de outros benefícios sociais não seguiriam a mesma rigidez e o mesmo crivo moral que o dinheiro recebido pelo Programa Bolsa Família causa. O autor indaga: “a utilização do dinheiro das aposentadorias e das pensões é submetida às mesmas formalidades e aos mesmos julgamentos morais aos quais é submetido o dinheiro recebido pelo Bolsa Família?”⁶⁰ Essa é uma questão que nos ajuda a pensar a “moralidade” para com o PBF uma construção histórica e socialmente construída.

Em *A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família* os autores se propõem a realizar uma “pesquisa quali-quantitativa com 50 beneficiários e seu resultado analisado pela metodologia do discurso do sujeito coletivo (DSC), desenvolvida por Lefèvre e Lefèvre (2003)”⁶¹

Através dessa pesquisa quali-quantitativa eles almejam fazer uma análise do Programa Bolsa Família a partir da visão dos beneficiários de Manaus (AM).⁶²

⁵⁸ PIRES, André. Relações de troca e reciprocidade entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 173, 2013.

⁵⁹ Para mais informações, ler subcapítulo do texto de André Pires intitulado *Bolsa Família como dádiva-troca*.

⁶⁰ PIRES, André. Relações de troca e reciprocidade entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 185, 2013.

⁶¹ SANTOS, Michelle Costa Marques dos et al. *A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família*. *Rev. Adm. Pública* [online]. vol. 48, n. 6, p. 1381-1405, 2014.

⁶² “Para tanto, foi aplicada uma metodologia recente que, de acordo com Lefèvre e Lefèvre (2003), traduz-se por questionamentos abertos aos indivíduos que representam a coletividade, os quais ensejam discursos livres e sem amarras a um pensamento preconcebido, também conhecido como discurso do sujeito coletivo (DSC). Conforme esclarece Lefèvre e Lefèvre (2003), a expressão do pensamento coletivo sobre determinado tema se dá por meio da transcrição dos depoimentos verbais coletados para o formato tabulado, e que usa como parâmetros as ideias centrais (IC), as ancoragens (AC) e as expressões-chave (ECH) semelhantes, identificadas no discurso individual, e que compõem, na primeira pessoa do singular, um único ou vários discurso-síntese. É importante observar que nesse tipo de pesquisa de representação a coleta de dados deve ser registrada na linguagem dos entrevistados, a fim de que estes possam imprimir suas opiniões e pensamentos como o são. (...) O método do discurso do sujeito coletivo traz a esta pesquisa uma nova forma de representação social na qual se organizam os dados qualitativos por meio de procedimentos sistemáticos e padronizados, sem, contudo, reduzir os depoimentos a números. Nesse sentido, o DSC analisa e extrai as ideias centrais de cada depoimento, possibilitando a criação de um discurso único do sujeito-que-fala, a partir dos discursos individuais”. SANTOS, Michelle Costa Marques dos et al. *A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família*. *Rev. Adm. Pública* [online]. vol. 48, n. 6, p. 1389-1390, 2014.

[...] os entrevistados responderam livremente às duas perguntas propostas: 1) Fale um pouco sobre o que mudou na sua vida e na de sua família depois que passou a receber o benefício do Programa Bolsa Família; 2) Se fosse anunciado o fim do Programa Bolsa Família o que você faria? Por meio dessas perguntas a pesquisa pôde identificar se há correlação entre a percepção do beneficiário quanto às mudanças em sua vida e de sua família após a vinda deste recurso, comparando-os com os objetivos do Programa.⁶³

Os 51 beneficiários foram selecionados de forma aleatória, a partir de indicações iniciais de moradores de Manaus que recebiam o benefício há mais de dois anos. As entrevistas eram realizadas em ambientes separados, e no início das entrevistas os pesquisadores se apresentavam como pessoas sem nenhum vínculo com a Prefeitura ou o Estado, e, portanto, sem nenhum “poder” de intervir no recebimento dos benefícios. Além disso, explicavam que as entrevistas eram gravadas e transcritas sem nenhuma identificação do entrevistado, para que eles falassem de forma “irrestrita”.

No tocante à tabulação dos dados, segundo Santos et al:

A tabulação dos dados obedeceu ao método do DSC, em que o primeiro passo é a criação do instrumento de análise de discurso (IAD) para cada questão, por meio do software MS Excel, e em seguida a transcrição dos respectivos depoimentos. Dos 51 entrevistados foi descartado apenas um depoente, visto que ele não pertencia ao universo de beneficiários moradores de Manaus.⁶⁴

Semelhante metodologia utilizaram os autores do texto *Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários* que através da coleta de dados quantitativos com 103 famílias beneficiárias e entrevistas qualitativas com profissionais e famílias refletiram “sobre a contribuição do Programa Bolsa Família (PBF) para o enfrentamento da pobreza e uma maior autonomia dos sujeitos beneficiários”.⁶⁵

Os dados qualitativos foram obtidos por meio de uma entrevista com três profissionais de dois Centros de Referências da Assistência Social (CRAS) e duas

⁶³ Idem, p. 1390.

⁶⁴ Idem, p. 1391. Lembrando que a tabulação, seleção e utilização dos dados utilizados nessa metodologia requerem um conhecimento mais aprofundado dessas técnicas. Para mais informações acessar documento original: SANTOS, Michelle Costa Marques dos et al. A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. Rev. Adm. Pública [online]. vol. 48, n. 6, 2014.

⁶⁵ TESTA, Maurício Gregianin; FRONZA, Paula; PETRINI, Maira and PRATES, Jane Cruz. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. Rev. Adm. Pública [online]. vol. 47, n. 6, p. 1519-1541, 2013.

entrevistas com quatro famílias beneficiadas. A obtenção dos dados quantitativos se deu através da aplicação de questionário em 103 famílias do município de Porto Alegre atendidas pelo Programa. No que tange aos critérios de seleção, os bairros foram escolhidos através dos “níveis de vulnerabilidade social, indicados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) do município.”⁶⁶

A principal forma de coleta dos dados qualitativos se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, conforme nos apontam Testa e colaboradores:

Os profissionais respondentes da entrevista foram assistentes sociais que realizam acompanhamento às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Já para a seleção das famílias, foi solicitado àquelas que estavam na sala de espera dos Cras ou de passagem nas instituições e que se dispuseram a responder à pesquisa. O tempo médio das entrevistas foi 40 minutos com os profissionais e de 15 minutos com as famílias e todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. As respondentes das famílias foram mulheres com 31, 34, 37 e 38 anos, sendo elas as pessoas cadastradas e responsáveis pelo recebimento do benefício.⁶⁷

Já a coleta de dados quantitativos foi realizada através de questionários estruturados, aplicados em dois fóruns diferentes:

[...](1) com famílias beneficiárias do Bolsa Família que participam de grupos de trabalho social, cujo objetivo é orientar e dar suporte às famílias atendidas pelo PBF e (2) com famílias beneficiárias do Bolsa Família que se encontravam na sala de espera para atendimento em CRA dos bairros indicados pela Fasc. O instrumento foi aplicado de forma individual (um membro por família), com uma aproximação dos respondentes através da apresentação de um Termo de Consentimento Informado e o convite para participar da pesquisa. Aqueles que concordaram responderam as questões com o auxílio do pesquisador, no que concerne a esclarecimentos acerca das questões contidas no instrumento. Como nem todos os respondentes eram alfabetizados, a leitura do instrumento foi feita oralmente pelo pesquisador, e as respostas eram facilitadas por serem questões fechadas. O tempo para o preenchimento do questionário foi de, em média, 20 minutos e foram aplicados 103 questionários (99 mulheres e 4 homens) em sete bairros da cidade de Porto Alegre.⁶⁸

⁶⁶ TESTA, Maurício Gregianin; FRONZA, Paula; PETRINI, Maira and PRATES, Jane Cruz. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. *Rev. Adm. Pública* [online], vol. 47, n. 6, p. 1527, 2013.

⁶⁷ *Idem*, p. 1528.

⁶⁸ *Idem*, p. 1528.

Diferentemente da forma de abordagem ao problema utilizados por Testa e colaboradores, Simões e Soares (2012) utilizaram um “modelo de contagem no qual testaram e trataram a possibilidade de endogeneidade da variável de política por dois métodos distintos (dois-estágios estilo Heckman e GMM), além de incluir diversos cofatores da PNDS (2006)”.⁶⁹

Para tanto, os autores recorreram a base de dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) que “abriga” informações das mulheres pesquisadas (características socioeconômicas, cobertura dos serviços oferecidos pelo Estado, comportamento, etc).

Segundo Simões e Soares⁷⁰, essa pesquisa possui uma particularidade que deve ser observada – “possibilidade de identificação do setor censitário do indivíduo, que possui exatamente 12 domicílios circunvizinhos”.⁷¹ Ainda sob a perspectiva dos autores:

[...] esta possibilidade nos permite criar variáveis de vizinhança que serão utilizadas tanto como possíveis efeitos de contágio como instrumentos para a correção da endogeneidade da variável de política. Este efeito endógeno da política pode ocorrer, por exemplo, se as mulheres decidem ter filhos a fim de tornarem-se elegíveis para o programa. Como a amostra é composta apenas por mulheres pobres elegíveis ao PBF, esta possibilidade deve ser considerada nos modelos empíricos.⁷²

⁶⁹ SIMÕES, Patrícia; SOARES, Ricardo Brito. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. *Revista Brasileira de Economia*, v. 66, n. 4, p. 445-468, 2012.

⁷⁰ Idem, p. 445-468.

⁷¹ “Este trabalho contribui para a literatura com três variações importantes. A primeira é referente à base de dados, obtida da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2006. Este banco permite o maior controle dos grupos utilizados para as comparações, pois fornece informações diretas sobre o beneficiamento da família pelo programa, além de informações demográficas e comportamentais detalhadas que são cofatores próximos ao evento de maternidade das mulheres pesquisadas. Desta forma, conseguimos controlar de forma mais adequada outros fatores (observados) que influenciam a fecundidade, melhorando a identificação do efeito isolado do programa. Outra característica especial da PNDS é a possibilidade de se construir modelos com variáveis de vizinhança. Isto porque é possível identificar o setor censitário do indivíduo, o qual possui, além do domicílio de referência, outros 11 domicílios circunvizinhos. As variáveis de vizinhança serão utilizadas para captar tanto possíveis efeitos de contágio como para servir de instrumentos para a correção da endogeneidade da variável de política (Bolsa Família)”. In: SIMÕES, Patrícia; SOARES, Ricardo Brito. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. *Revista Brasileira de Economia*, v. 66, n. 4, p. 451, 2012.

⁷² SIMÕES, Patrícia; SOARES, Ricardo Brito. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. *Revista Brasileira de Economia*, v. 66, n. 4, p. 447, 2012.

Simões e Soares⁷³ defendem que a utilização desse modelo de contagem atingiria um maior tempo de cobertura no tocante a exposição das beneficiárias ao PBF (30 meses), e com isso, uma maior avaliação das “decisões de fecundidade”, bem como o dimensionamento do “efeito da política no número de filhos e não apenas na decisão de ter ou não filhos como ocorre em modelos de decisão binária”.⁷⁴

Embora o texto de Mendes e colaboradores⁷⁵ não tratar diretamente sobre os mitos do PBF (a exemplo, o suposto aumento da taxa de fecundidade entre as beneficiárias), os autores buscaram compreender em que medida o Programa Bolsa Família ajudou no fortalecimento da “participação cidadã na gestão dos serviços públicos” com vistas à identificação do “nível” de conhecimentos dos beneficiários sobre seus direitos políticos.

Mendes e colaboradores concluíram através de “revisões teóricas sobre a ampliação dos direitos e da participação cidadã à luz do Estado Democrático de Direito” e a realização de “um estudo multicase, de natureza quantitativa, com 1.588 beneficiários do PBF em situação de uso de serviços básicos de saúde, em dez municípios baianos” que o PBF não tem alcançado o objetivo emancipatório a que se propõe, principalmente no que tange a maior conhecimento dos direitos políticos.

Os autores de *Gestão dos Serviços Públicos e Participação Cidadã: Estudo com os Beneficiários do Programa Bolsa Família* realizaram uma abordagem quantitativa, através de um estudo multicase descritivo. O trecho abaixo nos ajuda a entender alguns aspectos metodológicos dessa pesquisa:

Foi realizado estudo multicase descritivo, exploratório, de abordagem quantitativa (Yin, 2005), utilizando-se o banco de dados coletados a partir do Projeto “Tecnologias de Gestão no Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais: desafios da Sociedade e dos Serviços Públicos na Bahia” (Mendes et al., 2006). Foram aplicados questionários previamente testados, com uma amostra de 1.588 beneficiários do PBF, o que representa 20% destes em cada município; com mais de três anos de recebimento do benefício, o que

⁷³ SIMÕES, Patrícia; SOARES, Ricardo Brito. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. *Revista Brasileira de Economia*, v. 66, n. 4, p. 447, 2012.

⁷⁴ Idem, p. 447.

⁷⁵ MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos; BARBOSA, Angela Maria Gordilho; RODRIGUES, Jorgas Marques. *Gestão dos Serviços Públicos e Participação Cidadã: Estudo com os Beneficiários do Programa Bolsa Família/Public Service Management and Citizen Participation: a Study with the Beneficiaries of the Family Allowance Program*. *Revista de Administração Contemporânea*, n. 13, p. 105-120, 2009.

dá mais confiabilidade às respostas, tendo em conta a rotatividade dos beneficiários, e em situação de uso de serviços básicos de saúde. A coleta de dados foi efetuada na semana de 10 a 16 de julho de 2006, sendo realizada por bolsistas de iniciação científica, devidamente treinados e supervisionados. O locus da pesquisa corresponde a 10 municípios baianos(2), sendo selecionada para coleta a Unidade Básica de Saúde do bairro onde existia maior número de beneficiários do PBF cadastrados.⁷⁶

Essas pesquisas amostrais e estatísticas buscaram informações quanto ao gênero, faixa etária, escolaridade, ocupação, capital social, características da vida associativa, conhecimento das instâncias de participação, dos direitos políticos, entre outras questões que envolvem os beneficiários e a região estudada.

Em *Hegemonia, consenso e coerção e os beneficiários do Programa Bolsa Família*⁷⁷, as autoras Carla Etiene Mendonça da Silva e Sônia Maria Ranincheski investigam os motivos pelos quais os beneficiários do Programa Bolsa Família desobedecem as contrapartidas impostas pelo Governo Federal.

Ranincheski et al⁷⁸ valeram-se dos dados obtidos em um estudo qualitativo realizado durante a dissertação de mestrado de uma das autoras.⁷⁹ As titulares legais das famílias beneficiadas pelo PBF em Porto Alegre (RS) foram entrevistadas aleatoriamente no mês de abril de 2009 quando as mesmas se encontravam nos centros de assistência social municipais. Lembrando que devido ao objetivo dessa pesquisa, todas as entrevistadas se encontravam em situação de descumprimento das contrapartidas do Programa Bolsa Família.

O estudo em questão procurou “compreender os elementos intrínsecos à ideologia de grupos ou indivíduos que descumprem normas sociais, mesmo sujeitos a penalidades”. Para tanto:

[...] problematizou a perspectiva hegemônica do Programa, baseando-se nos conceitos de hegemonia, consenso e coerção de Antonio

⁷⁶ MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos; BARBOSA, Angela Maria Gordilho; RODRIGUES, Jorgas Marques. Gestão dos Serviços Públicos e Participação Cidadã: Estudo com os Beneficiários do Programa Bolsa Família/Public Service Management and Citizen Participation: a Study with the Beneficiaries of the Family Allowance Program. *Revista de Administração Contemporânea*, n. 13, p. 105-120, 2009.

⁷⁷ RANINCHESKI, Sônia Maria; DA SILVA, Carla Etiene Mendonça. *Hegemonia, consenso e coerção e os beneficiários do Programa Bolsa Família*. In: *Revista Katálysis*, n. 16, p. 111-121, 2013.

⁷⁸ *Idem*, p. 111-121.

⁷⁹ Ver MENDONÇA, Carla Etiene. *Os beneficiários do Programa Bolsa Família diante das condicionalidades – casos de Porto Alegre*. 2010. 256 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

Gramsci: o alcance e os limites das penalidades – a coerção – e o reconhecimento e a aceitação das regras – o consenso.⁸⁰

Partindo de um outro viés metodológico ao apresentado por Ranincheski e colaboradores, as autoras de *Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família* procuraram através de uma pesquisa quali-quantitativa as “possíveis variações relacionadas à condição de desigualdade, levando-se em consideração o quesito cor/raça das respondentes.”⁸¹ Foram realizadas entrevistas com 102 beneficiárias negras, sendo 51 em Uberlândia (MG) e a outra metade das entrevistas realizadas em Londrina (PR): “A coleta de dados se deu a partir da realização de grupos focais, em Londrina (PR), e de entrevistas individuais, por meio de questionários padronizados com as mulheres titulares do Programa Bolsa Família [...]”⁸²

Nesta mesma perspectiva metodológica, Castro e colaboradores⁸³ vão realizar uma pesquisa qualitativa com 6.001 entrevistados na população brasileira, para então concluir sua pesquisa amostral, buscando entender como a sociedade brasileira percebe o Programa Bolsa Família. O trecho abaixo sintetiza bem o formato do formulário utilizado nessa investigação:

O questionário incluiu uma bateria de afirmações sobre o Bolsa Família para verificar em que medida a população concorda que os objetivos estão sendo alcançados, se haveria efeitos positivos e melhoria na vida de pessoas, famílias e comunidades, sobre a forma como os recursos estão sendo utilizados pelos beneficiários e, finalmente, em que medida há concordância com críticas comuns ao Programa.⁸⁴

Deve-se destacar que essa perspectiva metodológica, ainda que tenha por base uma pesquisa qualitativa, parece ao fim transformar as subjetividades dos sujeitos

⁸⁰ MENDONÇA, Carla Etiene. Os beneficiários do Programa Bolsa Família diante das condicionalidades – casos de Porto Alegre. 2010. p. 111. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

⁸¹ MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. *Sociedade e Estado*, p. 393-417, 2013.

⁸² *Idem*, p. 396.

⁸³ CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de, et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião pública*, p. 333-355, 2009.

⁸⁴ CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de, et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião pública*, p. 340, 2009.

em meros dados estatísticos, evidenciando os padrões de vida em detrimento aos modos de vida desses entrevistados.

CAPÍTULO II – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – Programa de Transferência Condicionada de Renda

Segundo Ávila⁸⁵, em quase uma década e meia desde a criação e implementação o Programa Bolsa Família (PBF) tomou grandes proporções - contrariando todas as expectativas que visualizam sua ‘morte’ precoce. Tal assertiva parte da premissa da política brasileira tender ao rompimento dos projetos e avanços da gestão anterior a fim de “inaugurar e carimbar” sua marca no governo. A política brasileira é constantemente assinalada por rupturas e retrocessos, principalmente no tocante aos projetos e política sociais que insistem em girar nessa órbita de “legados” e egos.

O fato de a criação do PBF estar associada à necessidade de unificação dos esforços do governo federal na área de transferência de renda condicionada faz com que o Programa seja um tipo de intervenção social marcada pela “dependência de trajetória”, conceito que se refere a “situações em que escolhas de políticas anteriores têm grande influência no desenho de nova intervenção”.⁸⁶

O ponto mencionado por Ávila⁸⁷ ajuda a localizar o debate acerca dos mitos do Programa Bolsa Família, uma vez que coloca em foco a questão política em detrimento da questão social e dos objetivos pretendidos por essa política pública.

Ávila⁸⁸ lê o Programa Bolsa Família como uma *política focalizada*, tendo em vista que não são todos os brasileiros contemplados pelo benefício. Por sua vez, os beneficiários são eleitos através de critérios que se embasam na renda familiar per capita. Assim a categoria ‘pobre’ dentro do programa, segundo essa mesma autora, é definida conforme a renda familiar mensal, sendo essa:

[...] a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se do cálculo os rendimentos concedidos por programas de transferência de renda”

⁸⁵ ÁVILA, Milene Peixoto. Que Pensam As Beneficiárias Do Bolsa Família?. Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 110, 2013.

⁸⁶ COTTA, Tereza Cristina; PAIVA, Luis Henrique. O Programa Bolsa Família e a proteção social no Brasil. **CASTRO, J. A; MODESTO, L. Bolsa Família**, v. 2010, p. 57 apud Ávila, p. 107, 2013.

⁸⁷ ÁVILA, op. cit.

⁸⁸ ÁVILA, Milene Peixoto. Que Pensam As Beneficiárias Do Bolsa Família?. Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 110, 2013.

(MDS, 2005, p. 13). Sendo assim, o PBF está destinado às pessoas classificadas no Cadastro Único (CadÚnico) como pobres, ou extremamente pobres.⁸⁹

No governo do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu a unificação de programas sociais conforme Lei nº10.836, de 9 de Janeiro de 2004:

Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades. Parágrafo único. O Programa [...] tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.⁹⁰

Antes de adentrar nos debates e entraves construídos durante minha pesquisa, apresento um breve histórico dos programas de renda mínima no Brasil. A dissertação de mestrado intitulada *A Trajetória dos Programas de Renda Mínima e Bolsa Escola no Brasil: o impacto da variável federativa* apresenta um breve histórico sobre nosso sistema de proteção social:

Embora tenha suas raízes históricas nas primeiras leis de welfare na Europa, a ideia de se prover uma renda mínima à parcela pobre da população foi introduzida no Brasil na década de 1970 (SILVEIRA, 1975). No entanto foi só na década de 1990 que ganhou destaque nacional com a apresentação do Projeto de Lei do Senador Eduardo Suplicy. A proposta de vinculação da renda mínima à educação coube ao economista JOSÉ MÁRCIO CAMARGO (1993). [...] Em 1995, o Distrito Federal foi palco da primeira experiência brasileira de renda mínima vinculada à educação, quando então recebeu o nome de bolsa escola. Na mesma época, Campinas também instituiu um programa de renda mínima, só que mais vinculado à assistência social. Foi a primeira vez que um programa social alcançou escala e cobertura

⁸⁹ ÁVILA, Milene Peixoto. Que Pensam As Beneficiárias Do Bolsa Família? Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais, p. 110, 2013.

⁹⁰ BRASIL. Lei nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: ftp://ftp.datasus.gov.br/ftpbolsa/download/Lei_Bolsa_Familia_10_836_09_01_2004.pdf Acesso em: 23/03/2017.

capazes de gerar impacto efetivo junto à população carente, tradicionalmente desprezada pelas políticas públicas. [...] A crescente visibilidade das experiências localizadas de renda mínima estimulou a apresentação de diversos projetos de lei com o objetivo de generalizar estas experiências em todo o território nacional, resultando na aprovação da Lei 9.533/97 que autorizava a União a co-financiar (em 50%) programas de garantia de renda mínima municipais associados a ações socioeducativas, conhecido como Renda Mínima. [...] Mediante a Lei 10.219/2001 o governo federal instituiu um novo programa federal neste sentido, chamado Bolsa Escola, que veio a substituir o Renda Mínima, em vigor até janeiro de 2001. O novo programa é uma ampliação do programa anterior, agora com abrangência de 100% dos municípios e diversas alterações na forma de financiamento, distribuição dos recursos e gestão administrativa. O advento do Bolsa Escola [...] junto a outros programas como o Bolsa Alimentação e o Bolsa Renda, consolidam a opção do governo brasileiro por políticas de transferência direta de renda como estratégia de combate à pobreza, no contexto da reforma do nosso sistema de proteção social.⁹¹

Beneficiários que já participavam de programas sociais como o Cartão Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Escola (criado em 1995, pelo então governador do Distrito Federal Cristóvam Buarque), contaram em 2003 com a criação do Programa Bolsa Família (criado no governo Lula), que serviu para unificar esses diversos programas e organizar de maneira mais eficaz a assistência social, com destaque para a criação do Cadastro Único.

O Programa Bolsa Família através das condicionalidades intenta estimular o acesso à rede de serviços de educação, assistência social e saúde, sendo, conforme observa Ávila⁹² uma política pública que visaria combater a pobreza em duas linhas: à curto prazo, realizando a distribuição do benefício para pessoas que se encontram na linha de pobreza ou abaixo dela; e a longo prazo, investindo no capital humano dos adolescentes e crianças, propiciando assim condições efetivas para que em um futuro próximo seja possível romper com esse ciclo intergeracional da pobreza.

Por ter que passar a cada dois anos por uma revisão, o Programa Bolsa Família não pode ser considerado um direito adquirido, mas sim um benefício concedido ao indivíduo pela condição em que se encontra no momento da análise de seu perfil socioeconômico.

⁹¹ LICIO, Elaine Cristina. A Trajetória dos Programas de Renda Mínima e Bolsa Escola no Brasil: o impacto da variável federativa. São Paulo: FGV/EAESP, 2002.

⁹² ÁVILA, Milene Peixoto. Que Pensam As Beneficiárias Do Bolsa Família?. Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais, n. 38, p.108, 2013.

No Brasil, quando falamos em cobertura, a área de abrangência do PBF só “perde” para a educação pública, para o Sistema Único de Saúde e para a previdência social. Embora tenha sido criado e implementado pelo governo federal, a gestão fica a cargo dos governos estaduais e municipais, ou seja: se enquadra em uma gestão descentralizada.

Esse formato de gestão acaba por acarretar diversas formas e manejos do programa, variando de cidade a cidade, de acordo com a estrutura assistencial que dispõem.

A Caixa Econômica Federal é o agente operador responsável tanto pelo pagamento do benefício, quanto pela divulgação dos calendários de pagamentos.

A população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa. Já as famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 por pessoa (as famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos).⁹³

O Programa Bolsa Família estabelece uma ordem quanto à entrada para recebimento desses benefícios:

[...] primeiro, as famílias consideradas prioritárias; segundo, as famílias com menor renda mensal por pessoa; terceiro, as famílias com maior número de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. São consideradas famílias prioritárias no PBF: famílias quilombolas (grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotadas de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida); famílias indígenas; famílias de catadores de material reciclável; famílias em situação de trabalho infantil; e famílias com integrantes libertos de situação análoga a de trabalho escravo. Essas famílias, desde que atendendo o critério da renda, receberão o benefício mesmo que o número de bolsas estimada para o município já tenha sido atingido.⁹⁴

Como se viu, o Programa Bolsa Família segue várias diretrizes e leis que determinam as famílias a serem beneficiadas. Deve ser assinalado que o benefício não é

⁹³ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Quem pode participar do programa? Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 11/06/2017.

⁹⁴ HELLMANN, Aline G. Programa Bolsa Família. In: Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 223, 2016.

distribuído indiscriminadamente e sem nenhum limite quanto aos valores, conforme acreditam e disseminam a maioria dos discursos hegemônicos.

Para se entender, ainda que minimamente, o funcionamento do Programa Bolsa Família, é primordial observar questões sobre elegibilidade e tipologia de benefício. Uma vez que tais disposições fiquem às claras, é possível uma ampla compreensão do perfil das famílias beneficiadas, bem como os valores recebidos. Nesse sentido, essas informações ajudam também no processo de desconstrução dos mitos e estereótipos acerca desses beneficiários.

Dados retirados do site da Caixa Econômica auxiliam na compreensão do formato e objetivos do programa, assim como também colocam os valores reais⁹⁵ recebidos por essas pessoas, corroborando, conforme já mencionado acima, com a desmistificação sobre supostos ganhos estratosféricos pelos beneficiários.

Benefício Básico: concedido às famílias em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa). O auxílio é de R\$ 85,00 mensais.

Benefício Variável: para famílias pobres e extremamente pobres, que tenham em sua composição gestantes, nutrizas (mães que amamentam), crianças e adolescentes de 0 a 16 anos incompletos. O valor de cada benefício é de R\$ 39,00 e cada família pode acumular até 5 benefícios por mês, chegando a R\$ 195,00.

- Benefício Variável de 0 a 15 anos: Destinado a famílias que tenham em sua composição, crianças e adolescentes de zero a 15 anos de idade. O valor do benefício é de R\$ 39,00.
- Benefício Variável à Gestante: Destinado às famílias que tenham em sua composição gestante. Podem ser pagas até nove parcelas consecutivas a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês. O valor do benefício é de R\$ 39,00.
- Benefício Variável Nutriz: Destinado às famílias que tenham em sua composição crianças com idade entre 0 e 6 meses. Podem ser pagas até seis parcelas mensais consecutivas a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida. O valor do benefício é de R\$ 39,00.

Benefício Variável Jovem: Destinado às famílias que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos. O valor do benefício é de R\$ 46,00 por mês e cada família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R\$ 92,00.

Benefício para Superação da Extrema Pobreza: Destinado às

⁹⁵ Valores retirados do site da Caixa Econômica Federal. Quem pode participar do programa? Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 11/06/2017.

famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza. Cada família pode receber um benefício por mês. O valor do benefício varia em razão do cálculo realizado a partir da renda por pessoa da família e do benefício já recebido no Programa Bolsa Família. **Observação:** As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico, o Variável e o Variável Jovem, até o máximo de R\$ 372,00 por mês. Como também, podem acumular 1 (um) benefício para Superação da Extrema Pobreza.⁹⁶

Além da análise desses dados que confirmam o quão limitado e ínfimo são as quantias recebidas, é mister lembrar que “os gastos com o Bolsa Família representam apenas 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB), mas cada R\$ 1 gasto com o programa “gira” R\$ 2,4 no consumo das famílias e adiciona R\$ 1,78 no PIB”.⁹⁷

1.1 A moralidade como eixo central das construções dos mitos

Em uma Conferência Internacional⁹⁸, realizada em Brasília, em agosto de 1998, ocorreram debates e apresentações de iniciativas de renda mínima associadas à educação em vários países e também de idealizadores de modelos de bolsa-escola em vigência no território brasileiro.

Entre as várias pautas e assuntos abordados, o então governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, discorre sobre o Programa Bolsa-Escola (precursor do Programa Bolsa Família) colocando-o como um programa que engloba questões estruturais ocorridas no processo *educação X trabalho infantil*, onde a lógica de concepção de renda mínima sofreria, portanto, uma “mutação” dentro do Programa Bolsa Escola:

⁹⁶ Caixa Econômica Federal. Tipos de Benefício. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 11/06/2017.

⁹⁷ MOTA, Camilla Veras. Blog Controvérsia. Ipea: cada R\$ 1 gasto com Bolsa Família adiciona R\$ 1,78 ao PIB. Disponível em: <http://www.controversia.com.br/blog/2016/05/07/ipea-cada-r-1-gasto-com-bolsa-familia-adiciona-r-178-ao-pib/>. Acesso em: 11/06/2017.

⁹⁸ BRASIL. Conferência Internacional Renda Mínima – Discussões E Experiências: Um Direito À Cidadania. Disponível em: http://www.senado.gov.br/web/senador/esuplicy/frm_rendaminima.htm. Acesso em: 23/03/2015. Essa Conferência Internacional ficou conhecida como *Renda Mínima - Discussões e Experiências: um direito à Cidadania*. Foi amplamente divulgada e comentada pela mídia, uma vez que vários órgãos e entidades nacionais e internacionais participaram das discussões. Entre eles, destacam-se: “Comissões de Assuntos Econômicos do Senado, de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, do Grupo Parlamentar Interamericano sobre População e Desenvolvimento (GPI), do Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), da Rede Européia da Renda Básica (BIEN), da UNESCO e do Centro de Estudos Orçamentários e de Políticas Públicas, dos EUA”.

Era impossível provavelmente surgir sem a idéia da renda mínima, mas não é um simples filho da renda mínima porque faz algumas mudanças na lógica do programa. A primeira mudança é que a renda mínima parte do problema de que a pobreza é falta de renda e ao garantir a renda mínima as pessoas sairão paulatinamente da pobreza; a Bolsa-Escola parte da lógica de que as pessoas são pobres porque não têm educação e não têm educação porque não têm renda e as crianças têm que trabalhar. Se as crianças têm que trabalhar e por isso não vão à escola temos que pagar para que elas estudem, desde que elas deixem o trabalho, essa é a lógica. É uma idéia[sic] simples como a mutação da concepção da renda mínima, que parte de algo como chamo quase poético: se uma criança não estuda porque trabalha e se ela trabalha porque tem que ajudar na renda familiar, paguemos uma renda para que ela estude, essa é a idéia.⁹⁹

Sobre os mitos, de per si, importa destacar o caráter controverso e polêmico que as políticas públicas costumam causar, entendendo que cada indivíduo na sociedade ocupa um lugar social e desejos diversos, transformando a multiplicidade de interesses que tentam coexistir, em um grande palco para embates e lutas.

Corroboro com Pires, quando o autor afirma que diante da nossa formação e nossa concepção de justiça social, o pobre é sempre colocado como um cidadão inferior e necessitado de “ajuda” do Estado. E ainda segundo ele:

[...] essa forma concreta de vivenciar a cidadania pelos mais pobres vem a reforçar o viés excludente e hierárquico presente na sociabilidade entre as classes sociais no Brasil, na qual a efetivação de direitos é algo sempre dependente de favores e de relações pessoais.¹⁰⁰

Nessa mesma linha de argumentação, Pires (2013) demonstra como o arquétipo de cidadania no Brasil tem um viés excludente, principalmente quando se trata de políticas sociais, mais especificamente dos direitos sociais. Tal padrão seria histórico, vindo desde o primeiro governo Vargas (1930-1945), a exemplo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 com o Estado tutelando a seguridade no Brasil.

⁹⁹ BRASIL. Conferência Internacional Renda Mínima – Discussões E Experiências: Um Direito À Cidadania. Disponível em: http://www.senado.gov.br/web/senador/esuplicy/frm_rendaminima.htm. Acesso em: 23/03/2015.

¹⁰⁰ PIRES, André. Relações de troca e reciprocidade entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 172. 2013.

Logo, “os direitos são vistos e percebidos como doação de um Estado protetor [...]”. Nessa perspectiva, Telles¹⁰¹ faz uma importante contribuição ao trabalhar a noção de trabalho *versus* proteção/privilégio, uma vez que esse “Estado protetor”:

[...] retribui na medida da contribuição de cada um, formalizando no mundo público da lei, uma matriz privada na qual as garantias contra a doença, a invalidez, a velhice, a orfandade dependem inteiramente da capacidade – e da possibilidade, diríamos nós – de cada um conquistar o seu lugar no mercado de trabalho.¹⁰²

A este respeito, Pires¹⁰³ vê o Estado como um mediador que atuaria “na proteção social de forma particularista e pautado por concepções meritocráticas”. De modo que o que garante a proteção do trabalhador e seu estado de pertencimento social seria a sua entrada no mundo do trabalho formal. Assim, através desse “contrato” com o Estado, o trabalhador teria o “privilégio”, ou seja: a seguridade social concedida pelo Estado – férias, décimo terceiro, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, seguro desemprego etc.

As próprias contrapartidas exigidas pelo programa, também já se configuram, a meu ver, como uma forma utilizada pelo governo federal para “justificar” seus investimentos e gastos com os benefícios. Nesta mesma concepção, Medeiros et al¹⁰⁴ enxergam esses “compromissos” firmados como uma maneira de amenizar as críticas e a insatisfação da população com os gastos desse programa focalizado.

Retomando a questão das condicionalidades, as autoras de *No Areal das Mulheres: um benefício em família*¹⁰⁵ sintetizam de forma clara e concisa as contrapartidas exigidas pelo Programa para com os beneficiários:

Em relação ao PBF, com a titularidade preferencial no cadastro único, as mulheres¹⁰⁶ também são responsáveis por atender as

¹⁰¹ TELLES, Vera da S. [1999]. *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, p. 93, 2006.

¹⁰² *Idem*, p. 177.

¹⁰³ PIRES, André. *Relações de troca e reciprocidade entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP)*. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 177; 2013.

¹⁰⁴ MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. *Transferência de Renda no Brasil*. *Novos Estudos*, n. 79, 2007, p. 5-21. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/01.pdf>. Acesso em: 26/03/2013, p. 14 apud Pires (p.180, 2013).

¹⁰⁵ PEREIRA, Milena Cassal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. *No Areal das Mulheres: um benefício em família*. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 87-104, 2013.

¹⁰⁶ Sobre a preferência da titularidade feminina e autonomia, ver também: AHLERT, Martina. *A Precisão e o Luxo: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA)*. *Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais*, 38, p. 69-86, 2013. ÁVILA, Milene Peixoto. *Que*

condicionalidades do programa: acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos; as mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes, devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê; todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. As que estiverem “em risco”, ou tenham sido retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), ou outros programas sociais, devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. Os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.¹⁰⁷

Compreender a construção e o teor contido nas contrapartidas é fundamental nesse processo de desconstrução dos mitos, entendendo a “moralidade” como legitimadora desses discursos.

1.2 A “moralidade”: percepções e questões.

Em um primeiro momento, algumas temáticas trabalhadas nos artigos parecem não terem nenhuma relação e nexos com o trabalho proposto, entretanto isso não passa de um desacerto, pois ao analisarmos sob uma ótica que busca a “moralidade” como eixo central, vemos que questões como condicionalidades (frequência escolar e na área da saúde) e gastos do benefício (o que comprar? O dinheiro deve ser gasto apenas com o beneficiário?) são permeadas por normas e padrões pautadas na “moralidade”, construídas pelo senso comum.

Ao perceber nos discursos desses sujeitos sociais essa suposta “moralidade” sobre suas ações, comecei a me atentar ao papel e aos mecanismos de defesa e justificativa que esses discursos tentavam legitimar.

Nesse momento, comecei a refletir que se os beneficiários se utilizavam desses “argumentos” nas entrevistas, haveria de ter algum significado muito forte que fizessem com que eles de maneira quase que instintiva, construíssem suas falas através de padrões morais que circulam socialmente.

Pensam As Beneficiárias Do Bolsa Família?. Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais, 38, p. 105-122, 2013. REGO, Walquiria Domingos Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, Dinheiro E Autonomia – O caso da Bolsa Família. Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 21-42, 2013.

¹⁰⁷ PEREIRA, Milena Cassal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. No Areal das Mulheres: um benefício em família. Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 99, 2013.

Se o objetivo mais geral desses programas de rendas condicionadas é a inclusão (social, econômica e cidadã) desses indivíduos, ainda é notório que “ele esbarra em afirmações que destacam o benefício como uma ajuda do governo, uma dádiva divina e não um direito conquistado”.¹⁰⁸

Conforme nos elucidam Walquíria Domingues Leão Rego e Alessandro Pinzani em *Liberdade, dinheiro e autonomia - O caso da Bolsa Família*¹⁰⁹, a expressão “povos sem Estado” foi utilizada por Hannah Arendt¹¹⁰ com o intuito de se referir aos povos que foram e ainda continuam excluídos na sociedade. Ou seja, povos que:

(...) não eram e não são incluídos no corpo das diversas nações por razões religiosas, étnicas e sobretudo por serem vítimas de inúmeros preconceitos e estereótipos. Em especial, sua referência é endereçada aos judeus. A autora afirma então que muitos destes povos se constituem no que denominou de “refugos da terra” ou apátridas, uma vez que se veem abandonados por tudo e todos, mas principalmente pelos Estados Nacionais, que não lhes garantem direitos, não desenvolvem políticas de inclusão política e social. Segundo a autora, tais populações acabam por se constituir em “povos sem Estado”, que seria o sinônimo de povos sem direitos.¹¹¹

É importante salientar a importância do conceito de nação na compreensão da cidadania e com isso, no maior entendimento sobre os julgamentos morais que circulam entre os beneficiários, como também fora (debates e reflexões feitas pelo restante da sociedade, em geral, pelas classes hegemônicas que não fazem uso dos recursos oferecidos pelo Estado para as políticas públicas). Rego e Pinzani trarão o conceito de *nação* como um elemento de forte peso na compreensão da cidadania. Uma vez que nação para tais autores significa:

[...] pertinência a um ente coletivo, que, antes das divisões de classes e outras partições existentes em seu interior, remete à existência de forças políticas e simbólicas unificadoras, às forças centrípetas que vinculam as pessoas e àquele sentimento que existe em cada membro particular da comunidade política. [...] a distância social que as assimetrias situacionais produzem em um povo desenvolve nele forças

¹⁰⁸PIRES, Flávia Ferreira; REGO, Walquíria Domingues Leão. 10 Anos de Programa Bolsa Família: apresentação do Dossiê. Política & Trabalho, n. 38, p. 17, 2013.

¹⁰⁹ REGO, Walquíria Domingos Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, Dinheiro E Autonomia – O caso da Bolsa Família. Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 21-42, 2013.

¹¹⁰ Para um aprofundamento maior, ver: ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

¹¹¹ REGO, op cit., p. 23.

centrífugas, as que criam separações e divisões ainda mais profundas no seu seio. Fazendo, assim, dos habitantes de seu território estranhos que não se reconhecem em nível nenhum como iguais, a não ser no assimétrico dever de obedecer às leis comuns.¹¹²

Outra contribuição de Rego e Pinzani, diz respeito a conexão que esses fazem a partir da teoria de Georg Simmel¹¹³ entre *renda monetária* e *autonomia individual*. Essa reflexão se mostra importante nos estudos sobre os mitos do Bolsa Família, uma vez que a sociedade constrói uma imagem dos beneficiários como ‘incapacitados e sem habilidades’ para concorrerem no mercado de trabalho, bem como para cumprir com seu direito na eleição de seus representantes - sem falar da falta de ação e da também suposta inépcia para gerir o dinheiro recebido pelo Programa Bolsa Família.

O caminho para se conseguir tais “habilidades” passaria pela educação formal. Só essa seria capaz de libertar o homem, estando atrelada aos bens materiais, pois:

[...] desde os gregos, sabe-se que a educação para a liberdade, assim como para as virtudes cívicas em geral, depende da satisfação mínima de bens materiais. A miséria e a fome são em si mesmas graves privações da liberdade humana, no seu sentido mais profundo.¹¹⁴

Tais características, portanto, influenciam diretamente sobre o movimento de expansão dos direitos - bem como a consciência política e social desses indivíduos acerca das obrigações do Estado enquanto provedor de suas necessidades elementares. Segundo Dieterlen¹¹⁵ a pobreza não seria somente privação de dinheiro e recursos materiais, seria também privação de capacidades, de desenvolvimento de funções humanas importantes, o que tornaria os pobres ainda mais pobres.¹¹⁶

¹¹² REGO, Walquiria Domingos Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, Dinheiro E Autonomia – O caso da Bolsa Família. Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 24, 2013.

¹¹³ Ver SIMMEL, Georg. Filosofia del Dinero. Trad. Ramón García Cotarelo. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1977. _____. Sociología. Estudios sobre las formas de socialización. v II. Trad. José R. Pérez Bances. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1939. SMELT, Simon. Money's Place in Society. British Journal of Sociology, v. 31, n. 2, p. 204-223, 1980.

¹¹⁴ REGO, Walquiria Domingos Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, Dinheiro E Autonomia – O caso da Bolsa Família. Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 25, 2013.

¹¹⁵ Dieterlen, 2006 apud REGO; PINZANI, p. 26.; 2013.

¹¹⁶ Ver DIETERLEN, Paulette. La pobreza: un estudio filosófico. México: Fondo de Cultura Económica / Instituto de Investigaciones Filosóficas / Unam, 2006.

Outro fator ainda relacionado diretamente com a incapacitação da luta pelos direitos é o reflexo direto dos efeitos devastadores da “vergonha e da humilhação que a situação de pobreza gera nos indivíduos”.¹¹⁷

Essa humilhação e vergonha, associados à uma suposta falta de consciência de seus direitos, acabaria por acarretar afirmações deturpadas sobre o direito ao benefício, fazendo com que grande parte dos beneficiários veja o recebimento da Bolsa Família como providência divina ou personifique um funcionário do governo como o responsável pela “caridade” (seja ele o presidente da república, o prefeito, o assistente social, o gestor do programa no município, etc). Eis um trecho do artigo *Liberdade, dinheiro e autonomia* que exemplifica bem a assertiva acima:

Neste momento começa a chorar, e agradece a Deus pelo benefício que Ele lhe deu. “*É um dinheiro abençoado por Deus*”. Perguntada se não foi o governo que criou o programa, ela responde: “*É, foi o presidente, mas foi Deus que o colocou lá*”.
 [...] *o nosso presidente, ele é pobre, não é? Quantas vezes ele não lutou para ser presidente, ele sabe o que estou passando, sabe o que estou sentindo. Ele já soube. Se ele se candidatar mil vezes, mil vezes eu voto nele. Sabe por quê? Ele foi a única pessoa que enxergou a minha pessoa, quem eu sou. O único político de que sabe o que é pobreza ainda, que está sentindo o que estou sentindo.*¹¹⁸

São algumas dessas construções pautadas em relações hierárquicas e na “personificação” de funcionários que dão margem e legitimam a conformação dos mitos acerca do Programa Bolsa Família e seus beneficiários, tocando em dicotomias como assistencialismo *versus* direito. Essa personificação estaria relacionada somente com:

[...] a ‘concessão’, isto é, com a entrada na política, mas não se estende ao pagamento do benefício. Ou seja, é a/o técnica/o que ‘abre as portas’ para que elas se tornem beneficiárias, mas quem paga é ‘o governo’.¹¹⁹

¹¹⁷ Rego e Pinzani partem da reflexão de Avishai para ver questões como o papel destruidor da humilhação/vergonha na luta por seus direitos e pela cidadania ativa. “O dinheiro não é culturalmente neutro e muito menos moralmente invulnerável” p. 32. Para mais ver: MARGALIT, Avishai. *Te Decent Society*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

¹¹⁸ O texto em itálico se refere a fala transcrita de Waldeni Frasco Abreu, 30 anos, dois filhos de 12 e 8 anos moradora de uma cidade do interior do Piauí. Ver :REGO, Walquiria Domingos Leão. PINZANI, Alessandro. *Liberdade, Dinheiro E Autonomia – O caso da Bolsa Família*. POLÍTICA & TRABALHO - Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 30, 2013.

¹¹⁹ ÁVILA, Milene Peixoto. *Que Pensam As Beneficiárias Do Bolsa Família?*. Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 114. 2013.

Tal pensamento exemplifica bem o embaralhamento não só dos beneficiários, mas também de toda a sociedade quando a pauta diz respeito às políticas públicas, principalmente as políticas focalizadas, como é o caso do PBF. Seria uma benesse? Um privilégio? Sorte? Um direito?

Haja vista que o objetivo desse trabalho seja desmistificar algumas afirmações construídas sobre o PBF, ressalto ainda que não intento “colocar o comportamento dos sujeitos ou no polo do ‘assistencialismo’ ou no polo do ‘direito’[...] para estigmatizar as pessoas, principalmente as de baixa renda”.¹²⁰ Pelo contrário, o objetivo é procurar entender como se deu a construção desses mitos e estereótipos, a fim de compreender, e até mesmo desconstruir tais visões deturpadas.

Ainda que o texto *A Precisão e o Luxo: usos e benefícios do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA)* não contemple geograficamente a minha pesquisa, ela trabalha a relação assistencialismo x direito – um dos pilares do debate acerca dos mitos em torno do programa de renda condicionada brasileira.

No contexto pesquisado por Marina Ahlert, quando as beneficiárias pretendem fazer alusão ao benefício do Programa Bolsa Família, elas utilizam com maior frequência a categoria “ajuda”. Para tal autora, essa categoria se constituiria como “nativa”, e enquanto tal seria:

[...] ‘dada pelo governo’ aos mais pobres e isto é visto [...] como uma responsabilidade do Estado. Ultrapassando os limites das falas das coordenadoras, e pensando um cenário mais amplo, o termo ajuda poderia ser interpretado como característica negativa do Programa e associado ao polo oposto da efetivação de direitos, enquanto prática assistencialista.¹²¹

Embora as interlocutoras do programa não se enxerguem enquadradas de maneira direta em práticas assistencialistas, Ahlert (2013) aponta que as beneficiárias consideram que há uma parcela entre elas que não necessitaria dessa “ajuda”:

¹²⁰ AHLERT, Martina. *A Precisão e o Luxo: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA)*. POLÍTICA & TRABALHO - Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 84. 2013.

¹²¹ AHLERT, Martina. *A Precisão e o Luxo: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA)*. POLÍTICA & TRABALHO - Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 80-81. 2013.

As quebradeiras se percebem como o público ao qual o Programa Bolsa Família se destina, isto porque expressam, seja falando de seus corpos ou dos locais onde moram diversos sinais de vulnerabilidade. Contudo, diferente delas, existem outras categorias de pessoas que se relacionam com o Programa. Por um lado, existem pessoas que “não merecem” e “não precisam” participar do repasse, mas estão na lista dos beneficiários.¹²²

Diferentemente de Ahlert (2013) que aponta a maioria das beneficiárias utilizando o termo “ajuda” para se referir ao PBF, Pires et al¹²³ colocam que quando indagados sobre o Programa Bolsa Família como sendo uma benesse ou um direito, as opiniões se alternavam:

[...] quando questionados se o benefício do PBF era um direito ou um favor, a resposta se alternava, e a reflexão nativa direcionava-se no seguinte sentido: é um favor do governo federal, na pessoa do presidente Lula. Afinal, foi ele – e não outro presidente – quem implementou tal programa. Mas é também um direito das pessoas que não possuem uma renda mínima adequada para viver, já que há muitos gastos inúteis ou excessivos no governo (como viagens de avião por países diversos). Neste caso, é um ‘direito da pessoa pobre’ e também um ‘favor de Lula’. Essas considerações indicam um complexo entendimento da política pública pelos seus beneficiários, que extrapola em muito a simples concepção de sociedade patrimonialista [...].¹²⁴

Ainda nesse campo do “direito *versus* favor”, Ávila (2013) trabalhará a ideia que a sociedade brasileira considera direitos como privilégios ‘devida a base de nossa concepção social’. Para tal, ela se utiliza do argumento de Telles, onde a mesma aponta que nossa ideia de concepção social seria fundada em afirmações segundo uma suposta moralidade baseada na providência divina com vistas a uma “justiça social”.

É uma noção de justiça que se elabora no interior de um universo moral no qual as diferenças entre as pessoas são percebidas através de categorias éticas, as diferenças de poder, de prestígio e de riqueza sendo julgadas por referência às qualidades e vícios dos homens nas suas relações com as coisas e pessoas. É um universo moral que se articula com as esperanças de redenção alimentadas na crença de uma Providência enquanto instrumento do Bem e da Justiça no mundo dos

¹²² AHLERT, Martina. A Precisão e o Luxo: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). *POLÍTICA & TRABALHO - Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p.81. 2013.

¹²³ PIRES, Flávia; SANTOS, P. O.; SILVA, Jéssica. Elas decidem? Analisando o papel familiar da mulher a partir do Programa Bolsa Família. *CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, p. 112, 2011.

¹²⁴ *Idem*, p. 112.

homens [...]. É nessa articulação que se ergue a expectativa de que surja uma vontade generosa, capaz de resolver o paradoxo ético da virtude não recompensada e da vitória da injustiça, restaurando os equilíbrios morais desfeitos pela maldade, avareza e ganância dos homens.¹²⁵

Com base no exposto acima, podemos conjecturar que os mitos que vemos tão arraigados e presentes no meio social, podem não partirem apenas de construções feitas por aqueles que não se beneficiam dos recursos, mas sim, que tais estereótipos e valores morais presentes no imaginário social são forjados também de maneira endógena, ou seja, pelos próprios sujeitos que sofrem esses estigmas. Assim como tais construções são apoiadas em afirmações baseadas em nossa concepção de justiça social que atrela “moralidade”, “providencia divina” e “direitos vistos como privilégios”.

Já no próximo capítulo, busquei demonstrar como se deu minha escolha pela bibliografia trabalhada, apresentando também essas produções do ponto de vista metodológico e os debates a que esses autores se propuseram. Durante esse processo de apresentação dos documentos, procurei desvelar como os autores tiveram acesso aos beneficiários, a forma de seleção, o período e o local de realização da pesquisa, assim como o tipo de pesquisa realizada (por “tipo” refiro-me ao caráter metodológico: pesquisas qualitativas, quantitativas ou a mescla das duas anteriores).

¹²⁵ TELLES, Vera da S. [1999]. *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, p. 86, 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos nos esquecer que os beneficiários são pessoas carentes, que na grande maioria sempre tiveram seus direitos básicos negados. No Brasil, o que vemos é um Estado que não garante os direitos elementares dos cidadãos – o direito à vida e a segurança. E tal situação acaba por conformar alguns mitos e premissas acerca dos programas sociais de renda, em especial aos programas focalizados, como é o caso do Bolsa Família.

Essa reflexão se mostra importante aos estudarmos os mitos do Bolsa Família, uma vez que a sociedade constrói uma imagem dos beneficiários como ‘incapacitados e sem habilidades’ para concorrerem no mercado de trabalho, bem como para cumprir com seu direito na eleição de seus representantes - sem falar da falta de ação e da também suposta inépcia para gerir o dinheiro recebido pelo Programa Bolsa Família.

A questão dos direitos *versus* favor não dissocia o prisma político da esfera social, nem tão pouco pretende eximir das reflexões a multiplicidade de atores sociais, condições socioeconômicas, configuração das famílias; ao contrário – essa faceta coloca em foco a complexidade de entendimento das políticas públicas, seja ela pelos próprios beneficiários ou mesmo pelas outras pessoas não atendidas pelo PBF.

Ainda que nas contrapartidas/condicionalidades do Programa Bolsa Família não haja nenhum termo de compromisso ou mesmo orientação sobre o destino do dinheiro do benefício, há um “contrato moral” que os beneficiários se vêm obrigados a seguir. Esse contrato se daria por julgamentos que amigos, vizinhos, conhecidos (e até mesmo desconhecidos) fazem sobre o que consideram “certo e errado”.

Outra maneira de ver as condicionalidades estaria colocada no discurso conservador e hegemônico, uma vez que as condicionalidades são vistas como uma:

[...] questão política e imposição moralista conservadora. Com fundamentos na ideia histórica do “pobre merecedor”, defende que os pobres não podem receber uma transferência do Estado sem contrapartida direta.¹²⁶

¹²⁶ SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Condicionais do Programa Bolsa Família (PBF). In: Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil/ Rosa M. C. Fernandes, Aline Hellmann, organizadoras, - Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 56-57, 2016.

Com base no exposto acima, podemos conjecturar que os mitos que vemos tão arraigados e presentes no meio social, podem não partirem apenas de construções feitas por aqueles que não se beneficiam dos recursos, mas sim, que tais estereótipos e valores morais presentes no imaginário social são forjados também de maneira endógena, ou seja, pelos próprios sujeitos que sofrem esses estigmas. Assim como, tais construções são apoiadas em afirmações baseadas em nossa concepção de justiça social que atrela “moralidade”, “providência divina” e “direitos vistos como privilégios”.

Objetivando analisar e refletir acerca do caráter metodológico dos textos arrolados neste levantamento bibliográfico, foi possível observar a predominância de textos qualitativos. Dos 16 documentos analisados, dez tinham um caráter exploratório, que incentivava o beneficiário a refletir e analisar de forma livre seus pensamentos e opiniões (ainda que algumas entrevistas eram semi-estruturadas, isso não invalida esse método exploratório).

Além disso, essa metodologia¹²⁷ conta com a interpretação dos dados de modo a tentar compreender as particularidades do entrevistado. O método qualitativo estruturou os estudos de Rego e Pinzani¹²⁸, Morton¹²⁹, Ahlert¹³⁰, Simões et al¹³¹, Pereira¹³², Ávila¹³³, Flávia Ferreira Pires¹³⁴, Lui¹³⁵, André Pires¹³⁶ e Ranincheski¹³⁷.

¹²⁷ Para mais informações, ver: PAULILO, Maria Ângela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. Serviço social em revista, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999.

¹²⁸ REGO, Walquiria Domingos Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, Dinheiro E Autonomia – O caso da Bolsa Família. Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 21-42. 2013.

¹²⁹ MORTON, Gregory Duff. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. Política & Trabalho, n. 38, 2013.

¹³⁰ AHLERT, Martina. A Precisão e o Luxo: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). POLÍTICA & TRABALHO - Revista de Ciências Sociais, n. 38, p.69-86, 2013

¹³¹ SIMÕES, Patrícia; SOARES, Ricardo Brito. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. Revista Brasileira de Economia, v. 66, n. 4, p. 445-468, 2012.

¹³² PEREIRA, Milena Cassal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. No Areal das Mulheres: um benefício em família. Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 87-104, 2013.

¹³³ ÁVILA, Milene Peixoto. Que Pensam As Beneficiárias Do Bolsa Família?. Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 105-122, 2013.

¹³⁴ PIRES, Flavia Ferreira. Comida de Criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semi-árido. Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 123-135, 2013.

¹³⁵ LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Silvia Maria Guerra. Benefícios sociais e transição de modos de vida rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia. Política & Trabalho, n. 38, 2013.

¹³⁶ PIRES, André. Relações de troca e reciprocidade entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 171-195, 2013.

Partindo da ideia defendida por Paulilo¹³⁸ que “ambas são de natureza diferenciada, não excludentes e podem ou não ser complementares uma à outra na compreensão de uma dada realidade”¹³⁹, vemos que a mescla desses dois métodos de investigação (a pesquisa quali-quantitativa) foi pouco utilizada nos documentos da bibliografia selecionada para esse estudo – somente três autores privilegiaram tal abordagem. São eles: Santos et al¹⁴⁰, Testa et al¹⁴¹ e Mariano¹⁴².

Assim sendo, o que se verifica na pesquisa é que o método quali-qualitativo ao estabelecer ideias centrais (quantitativas, uma vez que se pautam em números e estatísticas) com base nas entrevistas orais semi estruturadas (qualitativas, por levarem em consideração a subjetividade do entrevistado) mostrou ser mais uma possibilidade no trato com a história oral ao lidar com temas relacionados aos programas sociais, embora devamos ter cuidado com a confusão que isso possa ocasionar. Pois segundo Thompson em *A formação da classe operária inglesa*¹⁴³ padrão de vida e modo de vida não têm a mesma significação. “O primeiro é uma medida de quantidades; o segundo, uma descrição (e, às vezes, uma avaliação) de qualidades. Enquanto as evidências estatísticas são apropriadas para o primeiro caso, precisamos confiar em “dados literários” para o segundo”. Uma vez que “um incremento per capita em fatores quantitativos pode ocorrer simultaneamente a um grande transtorno qualitativo no modo de vida do povo, no relacionamento tradicional e sanções sociais. O povo pode consumir mais mercadorias e sentir-se menos feliz ou livre ao mesmo tempo.”¹⁴⁴

Já o método quantitativo – aquele que avalia os dados de forma numérica, demonstrados em estatísticas e perguntas muito objetivas foi utilizado em apenas três

¹³⁷ RANINCHESKI, Sônia Maria; DA SILVA, Carla Etiene Mendonça. Hegemonia, consenso e coerção e os beneficiários do Programa Bolsa Família. In: Revista Katálysis, n. 16, p.111-121, 2013.

¹³⁸ PAULILO, Maria Ângela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. Serviço social em revista, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999.

¹³⁹ Idem, p. 136.

¹⁴⁰ SANTOS, Michelle Costa Marques dos et al. A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. Rev. Adm. Pública [online], vol. 48, n. 6, p. 1381-1405, 2014.

¹⁴¹ TESTA, Maurício Gregianin; FRONZA, Paula; PETRINI, Maira and PRATES, Jane Cruz. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. Rev. Adm. Pública [online]. vol. 47, n. 6, p. 1519-1541, 2013.

¹⁴² MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. Sociedade e Estado, p. 393-417, 2013.

¹⁴³ THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa. vol. II A maldição de Adão / E.P. Thompson; tradução Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁴⁴ THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa. vol. II A maldição de Adão / E.P. Thompson; tradução Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 37, 1987.

pesquisas: a de Mendes et al (2009), Castro et al (2009) e a pesquisa da Diretoria de Gestão do SUAS e Vigilância Socioassistencial, de outubro/2015.

Entretanto, tenho ressalvas quanto ao método puramente quantitativo no trato com as percepções dos beneficiários do Programa Bolsa Família com vistas à desconstrução dos mitos - pois tal perspectiva não permite a revelação de sentimentos, anseios e aspectos subjetivos dos sujeitos entrevistados.

Nesse trabalho fica evidente a importância de perspectivas que privilegiam o modo de vida dos destinatários de programas sociais, permitindo-nos desvelar questões morais e homogeneidades dentro de uma mesma “categoria analítica”, além de observações mais pontuais e subjetivas dos sujeitos entrevistados. Como observa justamente Morton:

A análise etnográfica, voltada para as diversidades sociais, tem um papel específico na avaliação de políticas públicas. Muitas vezes, há novas propostas que não dizem respeito a todos os beneficiados de um programa, senão a uma margem: às pessoas que ganham um pouco mais da renda máxima, aos domicílios pobres não cadastrados, a uma região determinada. Com sua capacidade de investigar grupos específicos, a etnografia pode informar as decisões marginais.¹⁴⁵

Considerando certo pedantismo desse trabalho ao tentar traçar um eixo temático capaz de relacionar os textos analisados, ainda que de um modo bem superficial e levando em conta apenas alguns aspectos metodológicos como já mencionado nesse estudo monográfico, pode-se conjecturar a relação entre “moralidade” e os discursos construídos sobre o Programa Bolsa Família – discursos sustentados pela nossa concepção de justiça social, bem como pela falta de informações e por pesquisas pautadas apenas em estatísticas, estereótipos e preconceitos. Diante do exposto, faz-se necessária uma maior “desburocratização” do Estado, facilitando o acesso aos dados quantitativos, assim como o aumento de pesquisas de caráter exploratório, que tragam as subjetividades e percepções dos envolvidos, à fim de desmistificar algumas narrativas presentes no imaginário social.

¹⁴⁵ MORTON, Gregory Duff. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. *Política & Trabalho*, n. 38, p.63, 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLERT, Martina. A Precisão e o Luxo: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). *POLÍTICA & TRABALHO - Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 69-86, Abril de 2013.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

ÁVILA, Milene Peixoto. Que Pensam As Beneficiárias Do Bolsa Família? *Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 105-122, Abril de 2013.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de, et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião pública*, p. 333-355, 2009.

COTTA, Tereza Cristina; PAIVA, Luis Henrique. O Programa Bolsa Família e a proteção social no Brasil. CASTRO, J. A; MODESTO, L. *Bolsa Família*, v. 2010, p. 57-99, 2003.

DIETERLEN, Paulette. *La pobreza: um estúdio filosófico*. México: Fondo de Cultura Económica / Instituto de Investigaciones Filosóficas / Unam, 2006.

GENTILI, P. (Org.) *Escola S. A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE. p. 09-49, 1996.

HELLMANN, Aline G. *Programa Bolsa Família. Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 221-225, 2016.

LICIO, Elaine Cristina. *A Trajetória dos Programas de Renda Mínima e Bolsa Escola no Brasil: o impacto da variável federativa*. São Paulo: FGV/EAESP, 2002.

LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Silvia Maria Guerra. Benefícios sociais e transição de modos de vida rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia. *Política & Trabalho*, n. 38, 2013.

MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos; BARBOSA, Angela Maria Gordilho; RODRIGUES, Jorgas Marques. Gestão dos Serviços Públicos e Participação Cidadã: Estudo com os Beneficiários do Programa Bolsa Família/Public Service Management and Citizen Participation: a Study with the Beneficiaries of the Family Allowance Program. In: Revista de Administração Contemporânea, n. 13, p. 105-120, 2009.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. Sociedade e Estado, p. 393-417, 2013.

MORTON, Gregory Duff. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. Política & Trabalho, n. 38, 2013.

MOTA, Camilla Veras. Blog Controvérsia. IPEA: cada R\$ 1 gasto com Bolsa Família adiciona R\$ 1,78 ao PIB. Disponível em: <http://www.controversia.com.br/blog/2016/05/07/ipea-cada-r-1-gasto-com-bolsa-familia-adiciona-r-178-ao-pib/>. Acesso em: 11/06/2017.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. Serviço social em revista, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999.

PEREIRA, Milena Cassal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. No Areal das Mulheres: um benefício em família. Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 87-104, 2013.

PIRES, André. Relações de troca e reciprocidade entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 171-195, 2013.

PIRES, Flavia Ferreira. Comida de Criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semi-árido. Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 123-135, 2013.

PIRES, Flávia; SANTOS, P. O.; SILVA, Jéssica. Elas decidem? Analisando o papel familiar da mulher a partir do Programa Bolsa Família. CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, p. 112, 2011.

QUEIROZ et al. Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e Aplicações na Área da Saúde. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a19.pdf>. Acesso em: 16/06/2017.

RANINCHESKI, Sônia Maria; DA SILVA, Carla Etiene Mendonça. Hegemonia, consenso e coerção e os beneficiários do Programa Bolsa Família. In: Revista Katálysis, n. 16, p. 111-121, 2013.

REGO, Walquiria Domingos Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, Dinheiro E Autonomia – O caso da Bolsa Família. Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais, n. 38, p.21-42, 2013.

SANTOS, Michelle Costa Marques dos et al. A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. Rev. Adm. Pública [online]. vol.48, n.6, p.1381-1405, 2014.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF). In: Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil/ Rosa M. C. Fernandes, Aline Hellmann, organizadoras, - Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 56-57, 2016.

SIMMEL, Georg. *Filosofia Del Dinero*. Trad. Ramón García Cotarelo. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1977.

_____. *Sociología. Estudios sobre las formas de socialización*. v II. Trad. José R. Pérez Bances. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1939.

SMELT, Simon. Money's Place in Society. *British Journal of Sociology*, v. 31, n. 2, p. 204-223, 1980.

SIMÕES, Patrícia; SOARES, Ricardo Brito. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. *Revista Brasileira de Economia*, v. 66, n. 4, p. 445-468, 2012.

TELLES, Vera da S. [1999]. *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, p. 93, 2006.

TESTA, Maurício Gregianin; FRONZA, Paula; PETRINI, Maira and PRATES, Jane Cruz. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. *Rev. Adm. Pública [online]*. 47, n. 6, p. 1519-1541, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa. vol. II A maldição de Adão / E.P. Thompson; tradução Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara. A Pesquisa em História. São Paulo: Ática, 1989.

FONTES

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?searchword=bolsa+familia&ordering=categor&searchphrase=all&Itemid=32&option=com_search. Acesso em: 03/01/15.

BRASIL. Lei nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: ftp://ftp.datasus.gov.br/ftpbolsa/download/Lei_Bolsa_Familia_10_836_09_01_2004.pdf. Acesso em: 23/03/2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social - Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu município. Disponível em: <http://mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 30/06/17.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/biblioteca>. Acesso em: 03/01/2015.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Quem pode participar do programa? Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 11/06/2017.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL RENDA MÍNIMA – Discussões E Experiências: Um Direito À Cidadania. Disponível em: http://www.senado.gov.br/web/senador/esuplicy/frm_rendaminima.htm. Acesso em: 23/03/2015.

FRANCO, Walter. 2002. Relatório do Seminário Internacional: Bolsa Escola – 2002. IPEA. Disponível em:

http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_o_bra=26705. Acesso em: 03/01/2015.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. Disponível em:
http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/28/453/bolsa_familia.html.
Acesso em: 03/01/2015.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. Diretoria de Gestão do SUAS e Vigilância Socioassistencial. Indicadores sobre as Famílias do Cadastro Único com renda per capita até R\$ 77,00 e Beneficiários do Programa Bolsa Família com renda per capita até R\$ 154,00 no Município de Uberlândia. Uberlândia, Outubro/2015.

SCIELO. Disponível em:
<http://www.scielo.org/php/level.php?component=56&item=1&lang=pt>. Acesso em
25/08/2016.

ANEXO I - Acesso à pesquisa ao acervo do “mapeamento diagnóstico sobre a realidade de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza na cidade de Uberlândia”.




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA



Uberlândia, 09 de março de 2016.

À Sra. Denise Ferreira Portes de Lima

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social da cidade de Uberlândia

Av. Anselmo Alves dos Santos, 600 - Bairro: Santa Mônica.

(34) 3239-2578/E-mail: sedest@uberlandia.mg.gov.br

De: Professor Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior

Diretor do Instituto de História/UFU

Assunto: acesso à pesquisa ao acervo do “mapeamento diagnóstico sobre a realidade de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza na cidade de Uberlândia”.

Prezada Senhora,

Em agosto de 2015, a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social** realizou, a partir de informações do Cadastro Único (CadÚnico), importante diagnóstico sobre a realidade de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza na cidade de Uberlândia. Tal levantamento, assim como outros mapeamentos imprescindíveis para a realização de políticas públicas, contribuirá significativamente para a pesquisa que ora se encontra em desenvolvimento neste Instituto: **“ENSINO FORMAL E PROGRAMA BOLSA ESCOLA FEDERAL Dez anos após; experiências, vivências e interpretações de assistidos na cidade de Uberlândia/MG.** (Edital Universal/2013 - FAPEMIG: APQ-00093-13)”, coordenada pelo Professor Dr. Sérgio Paulo Morais, e desenvolvida pela pesquisadora **Bruna Paiva de Oliveira**, identidade 
 graduanda no curso de História.




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA



Assim, por meio desta, vimos respeitosamente solicitar **acesso** ao “mapeamento diagnóstico sobre a realidade de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza na cidade de Uberlândia” e à documentos anexos relacionados diretamente ao tema indicado.

Atenciosamente,


 Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Dr. Florivaldo Paulo Ribeiro Júnior
 Diretor do Instituto de História
 Portaria R nº 1165/15



ANEXO II - Acesso à pesquisa a informações a respeito dos programas sociais do município de Uberlândia.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA



À Sra. Rosângela Borges Paniago Machado
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social da cidade de Uberlândia

De: Professor Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior
Diretor do Instituto de História - UFU

Assunto: acesso à pesquisa a informações a respeito dos programas sociais do município de Uberlândia.

Prezada Secretária,

Realiza-se no Instituto de História, da Universidade Federal de Uberlândia, a pesquisa: “ENSINO FORMAL E PROGRAMA BOLSA ESCOLA FEDERAL Dez anos após; experiências, vivências e interpretações de assistidos na cidade de Uberlândia/MG. (Edital Universal/2013 - FAPEMIG: APQ-00093-13)”, coordenada pelo Professor Dr. Sérgio Paulo Morais, e desenvolvida pela pesquisadora **Bruna Paiva de Oliveira**, portadora do RG [REDACTED], graduanda do curso de História desta Instituição.

Assim, por meio desta, vimos respeitosamente solicitar **acesso** a informações estatísticas e qualitativas que possam ser disponibilizadas pela “Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho”, por meio da observação de documentos e entrevistas orais com trabalhadores do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

Atenciosamente,

Florisvaldo
[Handwritten signature and stamp of Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior, Diretor do Instituto de História - UFU]

SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO 19/AGO/2016 14:04